

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE DIREITO

ALINE DAGOSTIN

**A APLICAÇÃO DA CONSTELAÇÃO FAMILIAR SISTÊMICA NO JUDICIÁRIO,
ESPECIALMENTE NAS VARAS DE FAMÍLIA**

CRICIÚMA

2019

ALINE DAGOSTIN

**A APLICAÇÃO DA CONSTELAÇÃO FAMILIAR SISTÊMICA NO JUDICIÁRIO,
ESPECIALMENTE NAS VARAS DE FAMÍLIA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para
obtenção do grau de Bacharel no curso de Direito da
Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Jean Gilnei Custódio

CRICIÚMA

2019

ALINE DAGOSTIN

**A APLICAÇÃO DA CONSTELAÇÃO FAMILIAR SISTÊMICA NO JUDICIÁRIO,
ESPECIALMENTE NAS VARAS DE FAMÍLIA**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Constelação Familiar Sistêmica.

Criciúma, 06 de dezembro de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Jean Gilnei Custódio - Especialista – Universidade do Extremo Sul Catarinense -
UNESC- Orientador

Profa. Daiani Barboza - Doutora – Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Profa. Gabriele Dutra Bernardes Ongaratto - Mestre - Universidade do Extremo Sul
Catarinense - UNESC

Dedico este trabalho a meu pai, que hoje se encontra na presença de Deus, e a minha Mãe, a qual ofereceu todo o suporte para que eu chegasse até aqui.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus e a Nossa Senhora Aparecida, a qual dedico minha total devoção e fé. Ademais, a todos que de alguma forma contribuíram para minha formação, incluindo, colegas e professores. Estendo meu agradecimento aos amigos, familiares, minhas irmãs Mônica e Jaqueline, meu namorado Nicola, e a consteladora Vera Lúcia Batista, por ter me apresentado a Constelação Familiar Sistêmica, tema deste feito. Ademais, agradeço ao meu orientador, professor Jean, por toda a paciência e pela fé que depositou no meu trabalho. Por fim, agradeço a toda a ancestralidade, por meio da qual hoje me faço presente. Gratidão!

“Aquilo que acontece depende daquilo que aconteceu antes”.

Rupert Sheldrake

RESUMO

Este trabalho tem como propósito o estudo acerca da constelação familiar sistêmica, um método psicoterapêutico desenvolvido por Bert Hellinger, o qual vem sendo aplicado no Judiciário, especialmente nas varas de família, para auxiliar na resolução de conflitos. A metodologia utilizada foi a indutiva, fundamentada em pesquisa bibliográfica em vários campos dos saberes, por meio dos quais foi possível fazer uma análise acerca da eficácia da sua aplicação, uma vez que têm obtido resultados impressionantes. A constelação familiar sistêmica, tem colaborado para a resolução de controvérsias de uma forma mais humanizada, tendo em vista que não se preocupa somente com lide em si, mas com o ser humano como protagonista da sua própria história.

Palavras-chave: Constelação familiar sistêmica. Direito de Família. Método adequado.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SPA	Síndrome da Alienação Parental
CNJ	Conselho Nacional de Justiça

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. OS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS, SUA LEGITIMAÇÃO E O DESAFOGAMENTO DO JUDICIÁRIO	13
2.1. A FACILITAÇÃO DO ACESSO JUSTIÇA, E A GARANTIA DE QUE O JUDICIÁRIO É PARA TODOS.....	13
2.2. O AUMENTO DA DEMANDA PROCESSUAL EM PREJUÍZO À CELERIDADE	16
2.3. A AUTOCOMPOSIÇÃO E A HETEROCOMPOSIÇÃO, COMO FORMAS DE COMPOR AS LIDES.....	17
2.4. A CONCILIAÇÃO E A POSSIBILIDADE DE UM ACORDO	19
2.5. A MEDIAÇÃO E O RESTABELECIMENTO DA COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES	22
2.6. A ARBITRAGEM E A SOLUÇÃO DO CONFLITO POR MEIO DE PARTICULARES	26
3. OS LITÍGIOS ENVOLVENDO O DIREITO DE FAMÍLIA E SUAS PROBLEMÁTICAS.....	29
3.1. AS PROBLEMÁTICAS/PECULIARIDADES QUE ENVOLVEM OS LITÍGIOS DE DIREITO DE FAMÍLIA	29
3.2. DIVÓRCIO JUDICIAL, UM CONFLITO SEM FIM	32
3.3. A GUARDA E OS FILHOS DO DIVÓRCIO	35
3.4. ALIMENTOS, UM DIREITO FUNDAMENTAL	39
3.5. ALIENAÇÃO PARENTAL, UM DRAMA FAMILIAR	42
4. A CONSTELAÇÃO FAMILIAR SISTÊMICA DE BERT HELLINGER E SUA APLICAÇÃO NO JUDICIÁRIO COMO MEIO ADEQUADO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS QUE ENVOLVEM DIREITO DE FAMÍLIA.....	46
4.1. CONSTELAÇÃO FAMILIAR SISTÊMICA E O MÉTODO DE BERT HELLINGER ..	46
4.2. AS ORDENS DO AMOR, COMO PILARES DE SUSTENTAÇÃO DO SISTEMA FAMILIAR.....	48
4.3. VIVÊNCIA, O MODELO DE BERT HELLINGER NA PRÁTICA	51
4.4. DIREITO SISTÊMICO E A HUMANIZAÇÃO DA JUSTIÇA.....	54
4.5. A CONSTELAÇÃO FAMILIAR SISTÊMICA COMO UM MÉTODO ADEQUADO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E SUA EXPANSÃO NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO	58

5. CONCLUSÃO.....	61
REFERÊNCIAS	63

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo o estudo acerca da aplicação da constelação familiar sistêmica no Judiciário, especialmente, nas varas de famílias, haja vista, a necessidade de um olhar mais atento para as lides familiares, levando em consideração as problemáticas e peculiaridades destas ações.

Em um primeiro momento, abordar-se-á sobre a necessidade e a importância de métodos consensuais de solução de conflitos, como meio de tornar o Judiciário mais célere, colaborando não somente com a redução de demandas, mas para uma maior credibilidade do sistema jurídico pátrio.

No segundo capítulo, além de adentrar nas particularidades do Direito de Família, percorrer-se-á o processo judicial litigioso, desde o divórcio até a possibilidade de ocorrência de alienação parental, com vistas a demonstrar que o processo em si não traz à luz o cerne da questão discutida, uma vez que não cabe ao magistrado julgar o mérito com base em ressentimentos, em culpados ou não culpados, mas tão somente de acordo a letra da lei.

Em um terceiro momento, há a preocupação em apresentar o modelo de Bert Hellinger, primeiramente, como terapia, para que não haja dúvidas acerca do seu caráter diferenciado com relação a outros meios consensuais como a mediação e a conciliação. Ademais este trabalho tende a demonstrar como a técnica tem colaborado para a resolução de conflitos no Judiciário, tendo em vista a diminuição da busca pela solução jurídica para questões já discutidas em outras oportunidades.

Este trabalho preocupou-se em apresentar um meio que auxilie a resolução de conflitos, por meio de um modelo terapêutico, com vistas a solucionar a controvérsia humana, afinal, o desequilíbrio emocional prejudica o indivíduo nas suas próprias decisões.

A aplicação deste método tem encontrado alguns obstáculos para que possa ser efetivado nas comarcas, que seria a falta de cientificidade da técnica, bem como a discussão acerca de qual profissional seria mais adequado para conduzir os grupos de constelação. No entanto, não têm deixado de se expandir pelo Judiciário brasileiro.

A problematização se dá em torno do conceito de método adequado de resolução de conflitos, frente a legislação brasileira como ocorre com a mediação e a conciliação. Alguns doutrinadores defendem a hipótese de um método auxiliar, outros o colocam em nível aos métodos adequados de resolução de litígios. Mesmo diante deste impasse, a constelação não deixa de ser instrumento hábil para conduzir as partes a encontrar o caminho dos seus próprios problemas, uma vez que lhes permite uma tomada de decisão consciente.

Vale destacar que este trabalho pretende valorizar os meios consensuais de resolução de conflitos, visando de fato a pacificação social por meio da humanização da justiça. Tendo em vista que a solução pacífica traz maior satisfação aos envolvidos, contribuindo para a efetiva redução de demandas judiciais.

2. OS MÉTODOS ADEQUADOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS, SUA LEGITIMAÇÃO E O DESAFOGAMENTO DO JUDICIÁRIO

O objetivo do primeiro capítulo é compreender qual é a necessidade dos métodos adequados de resolução de conflitos. Para tanto, far-se-á um breve estudo acerca do direito de acesso à justiça, suas garantias, os meios criados para facilitar a busca pelo Judiciário e o aumento das demandas judiciais.

2.1. A facilitação do acesso Justiça, e a garantia de que o Judiciário é para todos

Inicialmente, cabe destacar que o acesso à Justiça é o meio pelo qual todos se asseguram, como forma de solucionar violações que tenham sofrido seja pela ação do Estado, ou de um particular (SANTOS, 2017).

O acesso à Justiça é um direito fundamental, garantido a toda pessoa humana, sem qualquer distinção. A Constituição Federal de 1988, visando garantir o referido direito, instituiu em seu art. 5º, XXXV, que "a lei não excluirá da apreciação do poder Judiciário, lesão ou ameaça a direito" (BRASIL, 2018), e o inciso LIV, do artigo ora citado, dispõe acerca do direito ao devido processo legal, haja vista, que a parte provocada se valerá dos mesmos direitos do autor.

Na perspectiva de Pedro Manoel de Abreu (2004, p. 28), o acesso à Justiça “assume caráter de justiça social e de o mais fundamental dos direitos humanos, constituindo-se em obrigação essencial e indelegável do Estado e um dos pressupostos da cidadania”.

No entanto, para que tal direito se efetive na prática, é necessário facilitar o acesso aos órgãos judiciais, afinal, movimentar o judiciário gera custas, e nem todos têm possibilidade de arcar com os valores cobrados, seja por hipossuficiência de qualquer das partes, ou pelo valor da causa, uma vez que o montante requerido pode não compensar o valor das custas judiciais somadas aos honorários advocatícios. No mesmo sentido discorre Mauro Cappelletti e Bryant Garth (1988, p.15-16):

Se é certo que os Estados pagam os salários dos juízes e do pessoal auxiliar e proporciona os prédios e outros recursos necessários aos julgamentos, os litigantes precisam suportar a grande proporção dos demais custos necessários à solução de uma lide, incluindo os honorários advocatícios e algumas custas judiciais.

Neste liame, é que surgiram institutos como a defensoria pública, a advocacia dativa, os juizados especiais, as Unidades Judiciárias de Cooperação e o benefício da gratuidade da justiça, ratificando, desse modo, o disposto no art. 5º, LXXIII da Carta Magna de 1988, o qual preceitua que "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos" (BRASIL, 2018).

No entanto, para que o direito de acesso à justiça se efetive, a participação de um advogado é essencial, haja vista, a complexidade dos casos, da própria lei, dos procedimentos que compõem um processo, o que pressupõe a necessidade de meios que possibilitem a assistência judiciária a pessoas que não têm como constituir um defensor (CAPPELLETTI; GARTH, 1988, p. 32)

Sabendo da indispensabilidade de uma defesa técnica para a maioria dos atos jurisdicionais, conforme o disposto no artigo 133, da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2018), o qual prescreve que "o advogado é indispensável à administração da justiça", resta ao Estado resguardar meios para que todos possam constituir um defensor, de modo a assegurar o direito fundamental constitucional presente no art. 5º, LV, o qual dispõe que "aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes" (BRASIL, 2018).

De modo, a asseverar o acesso de todos à justiça, por meio de uma defesa técnica adequada, é que se estabeleceu no art. 134, da Lei Maior, que:

A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal. (BRASIL, 2018)

Nas palavras de Andressa da Silva Andrade (2013), "a Defensoria Pública é a instituição dedicada a fazer com que o acesso à justiça chegue a todos democraticamente".

No entanto, nem todas as comarcas possuem Defensoria Pública, tornando impossível o atendimento a toda população. Deste modo, surge a advocacia dativa, como forma de suprir uma lacuna, diretamente, ligada ao direito de acesso à Justiça, tanto àqueles que não possuem condições financeiras, quanto àqueles que não buscam ou não querem uma defesa técnica.

Neste ínterim, o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (BRASIL 2019), estabeleceu no art. 22, §1º, que não havendo a possibilidade de constituir defensor público, deve o Juiz, nomear advogado dativo, o qual será, devidamente, remunerado pelo Estado.

Além da Defensoria Pública e da Advocacia Dativa, em 26 de Dezembro de 1995, fora instituída a Lei nº 9.099, que criou o juizado de pequenas causas, mais conhecido como Juizado Especial.

Os juizados especiais, têm por principal objeto desafogar o judiciário, por meio de uma política mais célere, mais rápida e menos burocrática, retirando as causas pequenas, ou de baixo potencial ofensivo, da justiça comum. Assim preceitua o art. 2º, da Lei 9.099/95, ao afirmar que “o processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação” (BRASIL, 2018).

Entretanto, uma de suas principais características é o baixo custo. Uma vez que, a depender do valor da causa, é dispensado a presença de advogado, e não há custas em 1º Grau, o que pressupõe um aumento nas demandas em que o valor da causa seja não superior a 20 (vinte) salários mínimos, para dispensa da presença de procurador, e não superior a 40 (quarenta) salários mínimos, para a isenção de custas em primeira instância conforme estabelece o art. 3º, I, da Lei nº 9.099/95:

Art. 3º O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:
I - as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo. (BRASIL, 2018)

Deste modo, tanto a Defensoria Pública e a Advocacia Dativa, quantos aos juizados especiais são meios facilitadores de acesso à justiça. Porém, não são os únicos. É possível destacar, ainda, as Unidades Judiciárias de Cooperação, ou Casas da Cidadania, termo, usualmente, utilizado.

Para Nahianne Frassom Debiase (2003, p.06), o foco da iniciativa da implantação das Casas de Cidadania “era a melhoria da prestação jurisdicional e a humanização da justiça”. Ainda, no raciocínio da autora, o público alvo do atendimento era a população carente, de baixa renda, sem condições de constituir procurador, ou de pagar custas judiciais (DEBIASE, 2003). Tanto a Casa da Cidadania, bem como, os institutos citados anteriormente, trazem a ideia de uma justiça social que se edifica, saindo da teoria para o mundo real.

O benefício da Justiça Gratuita, também possui a característica de facilitar o acesso à Justiça. No mesmo sentido discorre Luana Angélica dos Santos (2017, p.02):

Caracteriza-se como uma garantia de todos que deve ser respeitada de forma efetiva pelos órgãos estatais. Para a efetivação dessa garantia constitucional existe o mecanismo da Gratuidade da Justiça, trazida ao ordenamento jurídico por legislação específica constante na Lei nº 1.060/50, deixando de ser caracterizada como uma simples garantia individual de limitação do Estado, passando a exigir do Poder Público a prestação ativa de condições e meios que permitam que o cidadão tenha Acesso à Justiça de forma efetiva, independentemente de sua condição financeira.

Neste contexto, é possível observar os desdobramentos feitos a partir do art. 5º, da Constituição Cidadã, para que o acesso à Justiça fosse de fato um direito de todos, sendo garantido na sua integralidade, não somente àqueles que detém condições financeiras suficientes para arcar com honorários advocatícios e custas judiciais, mas também àqueles, economicamente, hipossuficientes, que de outra forma não disporiam de condições para adentrar a Jurisdição.

2.2. O aumento da demanda processual em prejuízo a celeridade

Diante de todos os mecanismos existentes visando a garantia ao acesso à Justiça, e a informatização da sociedade por meios de comunicação, seja pela internet, seja pela própria televisão, ou pela troca de informações entre pessoas que passaram pela mesma situação, desencadearam uma busca cada vez mais frequente pela via judicial, como melhor meio de resolver um conflito, onde o consenso já não tem lugar.

Ainda, entre os motivos que colaboraram para o aumento significativo das demandas judiciais, está a “massificação da sociedade contemporânea” dentro de um mundo cada vez mais competitivo e globalizado, onde há uma intensificação das crises de forma quantitativa (MANCUSO, 2009, p. 67).

Contudo, para Conrado Paulino da Rosa (2010, p.35-36), o motivo do avanço no aumento das demandas, e a rapidez com que isto ocorreu, tem a ver, com facilitação do acesso à justiça, mas sobretudo com o advento da Constituição Federal de 1988, a qual garantiu que todos tivessem acesso ao judiciário, de maneira que pudessem resolver seus conflitos, sejam eles de qual natureza forem.

Porém, esta facilitação ao acesso à Justiça, têm tornado o Judiciário lento, moroso, onde a garantia de acesso não se traduz em garantia de saída, pois não é raro uma decisão

chegar tarde demais àquele que postulou, e necessitava de uma resposta rápida, o que acaba desincentivando uma possível busca por justiça (ROSA, 2010).

O fato é que todo o aparato judicial não é suficiente para descongestionar o sistema. Processos e mais processos judiciais se acumulam nas comarcas, travando o judiciário. Sentenças a perder de vista. Situações que poderiam ser resolvidas por instrumentos mais eficientes, práticos e rápidos.

Para tanto, meios alternativos de resolução de conflitos, vêm ganhando espaço e força no judiciário. Na mesma direção caminha a doutrina ao afirmar que:

Abrem-se agora os olhos, todavia, para todas estas modalidades de solução de conflitos, tratadas como meios alternativos de pacificação social. Vai ganhando corpo a consciência de que, se o que importa é *pacificar*, torna-se irrelevante que a pacificação venha por obra do Estado ou por outros meios, desde que eficientes. (CINTRA; GRINOVER; DINAMARCO, 2015, p. 47)

Neste ínterim, meios alternativos, como a conciliação e a mediação, bem como a arbitragem, estão sendo vistos, como formas de resolução de conflitos mais eficientes ao sistema judiciário.

2.3. A autocomposição e a heterocomposição, como formas de compor as lides

A autocomposição se dá pela inexistência de um terceiro julgador, embora seja necessária a interferência de um facilitador, é a vontade das partes que prevalece. Assim dispõe Gustavo Felipe Barbosa Garcia (2015. p.149) ao afirmar que “a autocomposição significa a solução do conflito pelas próprias partes, de forma pacífica e negociada, sem imposição desta solução por um terceiro. Pode ser classificada como unilateral e bilateral”.

Quando há um reconhecimento da parte contrária em favor da outra, ou a renúncia de uma das partes, fala-se em autocomposição unilateral, ao passo que a autocomposição bilateral ocorre com o consenso das duas partes de forma recíproca (GARCIA, 2015, p. 149).

A autocomposição se dá, quando não se tratar de um direito indisponível, ou seja, direitos da personalidade, pois estes são irrenunciáveis. Para tanto dispõe a doutrina que:

[...] a autocomposição, que não constitui ultraje ao monopólio estatal da jurisdição, é considerada legítimo meio alternativo de resolução de conflitos, estimulado pelo direito mediante as atividades consistentes na *conciliação*. De um modo geral pode-se dizer que é admitida sempre que não se trate de direitos tão intimamente ligados ao próprio modo de ser pessoa, que sua perda a degrade a situações intoleráveis. (CINTRA; GRINOVER; DINAMARCO, 2015, p. 51).

Na visão de José Eduardo Carneira Alvim (2016, p.11), autocomposição, embora pareça melhor recomendável, pode não o ser, afinal, a vontade das partes, pode ser facilmente substituída pela vontade do mais forte em detrimento do mais fraco, pela “resistência econômica”, pela “lentidão e carestia dos procedimentos”, fazendo com que a parte mais fraca na relação se renda.

Entre as principais formas de autocomposição, especialmente no âmbito do Direito Civil, têm-se a conciliação e a mediação. Formas que admitem, apenas, a figura de um facilitador, sem poderes para julgar, ao contrário da arbitragem que admite um terceiro julgador. O qual é determinado previamente pelas partes, quando se tratar, principalmente, de direito disponíveis, constituindo, assim, um método heterocompositivo de resolução de conflitos.

Segundo Rodolfo de Camargo Mancuso (2009, p.242),

a heterocomposição caracteriza-se pelo fato de a resolução da controvérsia ser alcançada, não diretamente, pelos próprios interessados (ainda que por indução de facilitadores), mas pelo consenso em submeter a pendência a um *tertius*, um interveniente, que tanto pode ser: (i) um órgão judicial (relacionado em *numerus clausus* no art. 92, da CF) ou (ii) um órgão paraestatal, assim um juiz de paz, uma comissão de Conciliação Prévia, uma Câmara de Arbitragem, instâncias alternativas que hoje se expandem e alcançam notória credibilidade social, em boa medida por conta da *desconfiança* que a população vai nutrindo pela função judicial do Estado, notadamente por sua lentidão e pela imprevisibilidade do resultado.

Têm-se, então, que a heterocomposição, aqui representada pela arbitragem, e a autocomposição, configurada pela conciliação e a mediação, são meios que têm por principal característica a celeridade dos atos processuais, haja vista, que o Estado tem falhado constantemente neste aspecto, seja pelas decisões tardias ou mesmo pela insatisfação das partes diante de resultados dos julgados.

O art. 3º, §§ 1º ao 3º, do Código de Processo Civil (BRASIL, 2018) prevê a aplicação, tanto dos meios heterocompositivos, assim como dos autocompositivos, como meio de solução de controvérsias. A saber:

Art. 3º Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.

§ 1º É permitida a arbitragem, na forma da lei.

§ 2º O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos.

§ 3º A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial. (BRASIL, 2019)

Defende então, o Código de Processo Civil, a permissão da arbitragem na forma da lei, uma vez que, se trata de instituição privada, a qual anda em paralelo com a jurisdição, mas não sofre atuação do Estado em relação às suas decisões. Já no que concerne à conciliação e a mediação como meios alternativos autocompositivos, em que as partes, uma vez estimuladas, entram em consenso solucionando o litígio, o Estado vai além, pois afirma que todos os métodos consensuais de solução de conflitos devem ser estimulados pelos operadores do direito.

Estes tipos de problema, tendem a diminuir consideravelmente, à medida que se opta por meios alternativos, onde o que se busca é a melhor decisão para as partes por, seja por meio de um consenso, ou, simplesmente, pela celeridade processual ao eleger um juízo arbitral.

2.4. A conciliação e a possibilidade de um acordo

A conciliação é um meio consensual de resolução de controvérsias, estimulado por um terceiro, por meio do qual se objetiva um acordo entre as partes, tornando o processo mais célere, e, conseqüentemente, colaborando para a redução da demanda processual.

No mesmo sentido discorre Dorgival Viana Junior (2017, p. 57), ao dizer que:

Na conciliação, a um terceiro imparcial é imposta a missão de tentar aproximar os interesses de ambas as partes, orientando-as na formação de um acordo. O conciliador é o facilitador do acordo entre os envolvidos e, para isso, deve tentar criar um ambiente propício ao atendimento mútuo com a aproximação dos interesses.

A conciliação é um instituto antigo no ordenamento jurídico brasileiro. Suas primeiras previsões apareceram nas Ordenações Manuelinas de 1514 e Filipinas de 1603, as quais dispunham no Livro III, Título II, §1º, que “no começo da demanda dirá o Juiz a ambas as partes, que antes que façam despesas, e sigam entre eles os ódios e dissensões, se devem concordar, e não gastar suas fazendas por seguirem suas vontades, porque o vencimento da causa sempre é duvidoso. [...]” (ANDRADE, 2018).

A primeira previsão estatal se deu na Constituição Imperial Brasileira de 1824, a qual previa no art. 161, que “sem se fazer constar, que se tem intentado o meio da reconciliação, não se começará Processo algum” (ANDRADE, 2018).

Os primeiros registros legislativos que se tem, acerca do instituto da conciliação, são de 1943, com o advento da Consolidação das Leis do Trabalho, quando foram criadas as

juntas de Conciliação e Julgamento. O instituto ganhou mais força com a criação dos antigos Juizados Especiais de Pequenas Causas. Mais adiante, a Constituição criaria, então, os Juizados Especiais, para causas de menor grau de complexidade (PINHO, 2016, p. 87).

Entretanto, foi em 1994, com a criação da Lei n. 8.952, a qual alterou o Código de Processo Civil de 1973, que a conciliação foi instituída como audiência preliminar, e sua inclusão passou a ser um dos deveres do Juizes. Já nos tempos atuais, tamanha a importância dada ao instituto, fora criada a Semana de Conciliação, a qual acontece todos os anos, em todos os Tribunais do Brasil, sendo esta um estímulo do Conselho Nacional de Justiça (PINHO, 2016. p. 87).

A conciliação pode se dar na forma extrajudicial ou judicial, sendo que na primeira, ela surge como uma alternativa ao processo judicial, ou seja, não há a participação do judiciário, não existe a figura de um conciliador, é um acordo de iniciativa das partes, o qual ao final será homologado por um Juiz. Já a conciliação judicial, se desenvolve no âmbito do Judiciário, simultaneamente ao processo, e possui caráter obrigatório ou facultativo, conforme descreve Vera Leticia de Oliveira Silva (ANO. p. 07) ao afirmar que:

A conciliação extrajudicial depende tão somente da vontade das partes e pode ser feita a qualquer tempo. Ao passo que a conciliação judicial se subdivide em facultativa e obrigatória. Na facultativa, as partes tomam a iniciativa, já na obrigatória, a iniciativa é dever do juiz.

Para Fernando da Fonseca Gajardoni (2003, p. 141-142), a conciliação judicial, de promover a celeridade processual, não é suficiente. Assim dispõe:

A ideia de que a autocomposição judicial, entretanto, poderia dar cabo à enorme plethora de feitos que, diariamente, ingressam no Judiciário, é uma grande ilusão. O próprio acionamento da máquina estatal já provoca dispêndio de esforços e tempo, no sentido de tentar conduzir as partes a uma solução amigável (autuação do feito, designação de audiência, etc.). Diminuição de demanda somente com a composição extrajudicial.

No entanto, não significa dizer que a autocomposição judicial, não tenha seu valor quando se trata de celeridade processual, uma vez que, é muito mais proveitosa em relação ao tempo gasto, do que o processo judicial no seu todo (GAJARDONI, 2003. P. 142).

Com o advento do Código de Processo Civil de 2015, tanto o instituto da conciliação, quanto o da mediação tiveram grande destaque legislativo, com vistas a celeridade processual. Segundo Fernanda Tartuce (2017), o Código de Processo Civil de 2015, trouxe, acerca das soluções consensuais de conflitos, 103 previsões, assim dispõe:

Na seara judicial e no plano normativo a priorização de chances para entabular acordos vem se intensificando ao longo dos anos. O Novo Código de Processo Civil

confirma essa tendência ao contemplar muitas regras sobre o fomento a meios consensuais de abordagem de conflitos. Sob a perspectiva numérica, eis as ocorrências: no Novo CPC a mediação é mencionada em 39 dispositivos, a conciliação aparece em 37, a autocomposição é referida em 20 e a solução consensual consta em 7, o que totaliza 103 previsões.

De regra, nos processos cíveis, a audiência de conciliação é obrigatória, e antecederá a contestação, no entanto, esta regra comporta exceções, quais seriam, a improcedência do pedido liminar, a incompetência do Juízo, seja relativa ou absoluta, ou pela manifestação expressa das partes (NASCIMENTO; PETRARCA, 2017, p. 54-55). Assim dispõe o art. 334, caput, e parágrafo 4º, I e II, do Código de Processo Civil vigente:

Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.

[...]

§ 4º A audiência não será realizada:

I - se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual;

II - quando não se admitir a autocomposição.

Entretanto, a obrigatoriedade da audiência de Conciliação, não impede que as partes acordem acerca da lide em outros momentos processuais. Ao contrário, a conciliação pode ser estimulada pelo Juiz a qualquer tempo do curso processual. Assim preceitua o art. 139, V, do Código de Processo Civil vigente:

Art. 139: O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe:

V - Promover, a qualquer tempo, a autocomposição, preferencialmente com auxílio de conciliadores e mediadores judiciais”.

A previsão do aludido artigo, não impede que as partes, por iniciativa própria, entrem em um acordo. No entanto, este acordo, será analisado pelo Juiz, o qual cuidará para que nenhum direito seja prejudicado e, posteriormente homologará a transação.

A audiência de conciliação será conduzida, por um terceiro imparcial, ao qual cabe o dever de aproximação das partes, deixando-as cientes das vantagens ou desvantagens e auxiliando-as a construir um caminho para o acordo. O conciliador, por meio de uma avaliação minuciosa do caso, sempre visando a resolução do conflito, poderá sugerir uma proposta adequada as partes, as quais diante dos pontos positivos e negativos, poderão aceitar ou não (SILVA, 2019, p. 08).

Tem-se, deste modo, que a conciliação é um meio consensual de solução de conflitos, por meio do qual as partes formalizarão um acordo que beneficie a todos. Quando este acordo se dá na audiência preliminar, designada para tanto, traz benefício não só para as partes, mas ao Judiciário em si. Afinal, ajuda a reduzir o número de processos que tramitam nas Varas Judiciais e, conseqüentemente, nos Tribunais.

2.5. A mediação e o restabelecimento da comunicação entre as partes

A mediação também é um método consensual de solução conflitos, a qual ocorre por meio de um terceiro imparcial e neutro, com o objetivo de restabelecer a comunicação entre as partes, para que elas próprias encontrem, por meio do diálogo, uma solução que satisfaça a todos. Em outras palavras, a mediação contribui, diretamente, para a reconstrução do vínculo entre as partes, motivo pelo qual, é indicada para os casos em que os litigantes possuíam algum tipo de relação anterior a lide.

Nas palavras de Conrado Paulino da Rosa (2010, p. 32):

A mediação é um processo que pode dar uma importante contribuição para a resolução pacífica das disputas. Surge como outra alternativa, substituindo o modelo conflitual apresentado pelo Judiciário. Muito mais que um acordo, a mediação preconiza o potencial de transformação das pessoas, pois representa a expressão de uma visão relacional, amparada na consideração e no respeito às diferenças.

Enquanto na audiência de conciliação a ideia é estabelecer um acordo, na mediação busca-se o reequilíbrio emocional, para que os litigantes tenham condições psicológicas de solucionar as suas questões de forma pacífica e consciente, evitando o desgaste emocional que o processo judicial pode lhes causar.

Quando se trata de processo se trabalha com a lógica de um vencedor e um perdedor, porém, na mediação se trabalha com a ideia de que as duas partes se sintam satisfeitas com o resultado final, e, portanto, vencedoras, sempre com base no bom diálogo entre os litigantes (ROSA, 2010, p. 34).

A mediação transcende o litígio em si, pois vai trazer a discussão, aquilo que o judiciário desconhece, afinal, nestes casos o que motiva o litígio está oculto, e ocorre por meio da quebra de um vínculo pessoal, ou seja, por meio de uma relação abalada. É exatamente neste sentido que discorrem André Gomma de Azevedo e Marco Aurélio Buzzi (2017, p. 09), ao afirmarem que:

Distingue-se, portanto, aquilo que é trazido pelas partes ao conhecimento do Judiciário daquilo que efetivamente é interesse das partes. [...] Não basta resolver a lide processual - aquilo que foi trazido pelos advogados ao processo - se os verdadeiros interesses que motivaram as partes a litigar não forem identificados e resolvidos.

Sendo assim, o instituto da mediação trata o conflito de forma mais humanizada, afinal, visa facilitar aquela comunicação que em algum momento fora interrompida, seja em uma relação familiar ou comunitária. O que se pretende por esta via, é que os litigantes não tornem a buscar o Judiciário para rediscutir aquela causa, uma vez que se trata de um meio de pacificação social.

Para tanto, Corinna Shabbel (2007, p. 07) traz uma abordagem que demonstra de forma clara, a importância de meios que trabalhem as relações sociais:

Em contexto controverso, as diferenças, ao invés de levar a um entendimento, levam a desencontros que dificultam ou impossibilitam uma negociação razoável. Ao prevalecer o ciclo vital do conflito este se torna um impeditivo para a transformação de contextos adversariais em colaborativos. [...] Os conflitos, sendo ações humanas, se produzem, momento a momento, nas interações dos sistemas sociais e suas circunstâncias, ou seja, havendo uma escalada do conflito ao litígio ou disputa [...] Uma comunidade se constrói e se mantém sobre uma base de vínculos da família e dos grupos que a constitui.

O aludido instituto, pode se apresentar de duas formas: a extrajudicial e a judicial. A primeira ocorre quando as próprias partes buscam o instituto como meio chegar a um consenso. Neste caso o mediador é escolhido pelos litigantes. Já a mediação judicial ocorre a partir de uma decisão do magistrado, ou pela vontade das partes, conforme sinaliza Humberto Dalla Bernardina de Pinho (2015, p. 824-825):

Via de regra, a mediação é um procedimento extrajudicial. Ocorre, como visto acima, antes da procura pela adjudicação. Contudo, nada impede que as partes, já tendo iniciado a etapa jurisdicional, resolvam retroceder em suas posições e tentar, uma vez mais, a via conciliatória. É o que se chama de mediação incidental ou judicial. Em nosso ordenamento, pode ser feita em duas hipóteses: ou o juiz, ele próprio, conduz o processo, funcionando como um intermediador ou designando um auxiliar para tal finalidade; ou as partes solicitam ao juiz a suspensão do processo, pelo prazo máximo de 6 meses, para a efetivação das tratativas para se chegar a um acordo com o auxílio de um mediador fora do juízo.

O método de solução de controvérsias em comento, já é considerado um dos mais comuns e importantes meios de solução de litígios. Entretanto, para que uma audiência de Mediação ocorra, faz-se necessário a presença de um terceiro imparcial e, principalmente, neutro, o qual não poderá intervir na decisão, mas tão somente criar um ambiente propício para que as partes encontrem a solução que melhor lhes atenda os anseios.

Assim dispõe o art. 1º, § único, da Lei nº 13.140 de 2015 (BRASIL, 2018), ao dizer que a mediação é uma “atividade técnica exercida por terceiro imparcial sem poder decisório que, escolhido ou aceito pelas partes, auxilia e estimula a identificar ou desenvolver soluções consensuais para a controvérsia”.

No mesmo sentido discorre Fernanda Tartuce (2017, p. 29) ao dizer que a “mediação é o mecanismo de abordagem consensual de controvérsias em que uma pessoa isenta e capacitada atua tecnicamente com vistas a facilitar a comunicação entre os envolvidos para que eles possam encontrar formas produtivas de lidar com as disputas”.

Gustavo Filipe Barbosa Garcia (2015, p. 150), apresenta um discurso muito importante acerca dos casos que envolvem direitos indisponíveis, afirmando que a “mediação pode versar sobre todo o conflito ou parte dele”, e que “o consenso das partes envolvendo direitos indisponíveis, mas transigíveis, deve ser homologado em juízo, exigida a oitiva do Ministério Público”. Inteligência, também, do art. 3º, da Lei nº 13.140/2015 (BRASIL, 2019).

O instituto da mediação, pode ser considerado recente, pois aparece pela primeira vez, como norma, na década de 70, nos Estados Unidos da América, e sua aplicação era de caráter obrigatório, antecedendo o início do procedimento judicial (CAVALCANTE; GARCIA. 2017. p. 14).

No Brasil, a mediação começa a obter forma a partir do Projeto de lei n. 4.827/98, no entanto, apesar de ter passado pela aprovação da Câmara dos Deputados da época e ter sido enviada ao Senado, em 1999, uma comissão foi formada para criar um Anteprojeto de Lei, acerca do instituto no processo civil. Somente depois de muitos debates e discussões, quando já se perdia a esperança de que a mediação fosse positivada no ordenamento jurídico brasileiro, é que em 2009, uma comissão de juristas formada pelo Ministro do Superior Tribunal de Justiça, com a intenção de desenvolver e apresentar um novo Código de Processo Civil, rapidamente, foi criado um anteprojeto, convertido em Projeto de Lei de n. 8.046/2010, sendo sancionado em março de 2015 (PINHO, 2015. p. 821-823).

A preocupação com o instituto em comento pode ser apreciada dos arts. 165 ao 175, Título IV, Capítulo III e Seção V, do Código de Processo Civil de 2015. (PINHO, 2015, p. 823). Assim como, encontra amparo especial na Lei de Mediação nº 13.140, de 26 de Junho de 2015.

Humberto Dalla Bernardina de Pinho (2015, p. 824), esclarece ainda, que para que haja um processo de mediação, existe a necessidade de três elementos básicos: “a existência de partes em conflito, uma clara contraposição de interesses e um terceiro neutro capacitado a facilitar a busca pelo acordo”.

As partes podem ser pessoas naturais ou jurídicas e, também, podem ser menores acompanhados por seus pais. No entanto, é preciso estar ciente de que não se trata de um procedimento terapêutico, em que há a participação de um profissional da psicologia, por exemplo, apesar de que é importante que o mediador tenha algum conhecimento acerca de psicologia. É extremamente necessário que o mediador seja um terceiro imparcial, o qual não vai pender para nenhum dos lados. O seu objetivo é reestabelecer a paz entre as partes, para que elas próprias possam de forma pacífica conversar, chegando a um acordo (PINHO, 2015, p. 824).

E aqui, já é possível notar pontos importantes que diferenciam este instituto, do instituto da conciliação. Na conciliação, as partes nem sempre saem satisfeitas com o acordo, pois muitas vezes elas se sentem pressionadas a transigir, haja vista que o processo é algo de futuro duvidoso. Na mediação, busca-se, o restabelecimento do diálogo entre as partes, com o intuito de que os litigantes solucionem em definitivo aquela lide, não só como partes em um processo, mas partes na vida.

Ademais, o conciliador precisa, necessariamente, ser imparcial, enquanto o mediador, além, de imparcial deve ser neutro. Afinal, o primeiro detém maior liberdade, já que pode opinar, sugerir, intervindo a qualquer momento. Ao contrário do segundo que se propõe a criar um ambiente propício ao diálogo, pois uma vez restabelecida a comunicação, as próprias partes se encontrarão em condições psicológicas de transigirem e de chegarem a uma solução pacífica, sem qualquer intervenção direta do mediador (VIANA JUNIOR, 2017, p. 58).

Têm-se ainda que a mediação é um método mais adequado em casos que já existia um vínculo entre as partes, enquanto a conciliação é mais adequada a casos em que não existe uma relação ferida, mas sim um litígio versado tão somente no patrimônio (PINHO, 2015, p. 836).

Entretanto tanto o instituto da mediação, quanto da conciliação estão pautados em princípios fundamentais como a Independência de conciliadores e mediadores, os quais não podem sofrer qualquer tipo de pressão, a imparcialidade dos facilitadores, a autonomia da vontade das partes em optar pela mediação ou conciliação, a confidencialidade das informações trazidas a audiência, a oralidade por meio da livre comunicação, a informalidade processual uma vez que as partes acordarão acerca daquilo que de fato lhes seja interesse, e também a decisão informada (MARTINS, 2017, p. 49-50).

André Goma de Azevedo e Marco Aurélio Buzzi (2017, p. 09), foram extremamente felizes ao discorrer acerca das problemáticas das lides, e a importância dos meios consensuais de solução de conflitos:

Distingue-se, portanto, aquilo que é trazido pelas partes ao conhecimento do poder judiciário daquilo que efetivamente é interesse das partes. [...] Não basta resolver a lide processual – aquilo que foi trazido pelos advogados ao processo – se os verdadeiros interesses que levaram as partes a litigar não forem identificados e resolvidos.”

O que se pode destacar acerca da Mediação é a importância dos fundamentos e bases que sustentam o instituto, como um método de pacificação social mais humanizado, por meio do qual se objetiva resgatar a essência da relação quem em algum momento fora prejudicada, para então, permitir que as partes possam dialogar em busca da melhor solução para todos. Evitando o desgaste emocional que um pode lhes trazer, e consequentemente, colaborando para a redução da demanda processual.

2.6. A arbitragem e a solução do conflito por meio de particulares

Entre as formas alternativas de resolução de conflitos, têm-se a arbitragem, como o meio que mais se parece com a jurisdição, pois segue os mesmos parâmetros processuais, desde a composição do conflito por meio de um processo, até a sua sentença arbitral. No entanto, isto ocorre por meio de particulares, com poderes outorgados pelo Estado, para solucionar litígios (ALVIM, 2016. p. 95).

A definição do termo arbitragem vem do Latim *arbiter*, que significa juiz, louvado ou jurado, e indica o processo que se utiliza para pôr fim a um litígio, ou conflito entre duas ou mais partes (MUNIZ, 1999, p. 39).

Encontram-se provas da existência da arbitragem desde os povos Gregos, a qual era utilizada entre particulares ou entre cidades-estados. Também estava presente entre os romanos, e era empregada “largamente nas relações entre particulares”. Este instituto já era conhecido, também, entre os portugueses no tempo da colonização, e fora previsto em um ordenamento pela primeira vez nas “Ordenações Filipinas”. Ademais, o ordenamento comercial brasileiro de 1850, reconheceu a arbitragem como instituto obrigatório para causas comerciais entre “sócios de sociedades comerciais”, no entanto, o regulamento 737, do mesmo ano, mitigou tal obrigação, a qual passou a ter valia somente as causas comerciais, e com o advento da Lei nº 1.350 de 1866, tais dispositivos foram revogados, e por conseguinte,

o Código Civil de 1916, minimizou a arbitragem como “mero compromisso”, assim permaneceu no Códigos Cíveis de 1939, e de 1943 (MORAIS, 1999, p. 176-177).

Ainda segundo Jose Luis Bolzan de Moraes (1999, p. 177) “com a Constituição de 1946, consagrou-se pela primeira vez o princípio da ubiquidade da Jurisdição, art. 141, §4º, e a partir daí o mesmo foi reiterado nas subsequentes: na CF de 67, art. 150, §4º; na EC de 69, art. 153, §4º e finalmente na CF de 88, art. 5º, XXXV.

A função jurisdicional, sem dúvidas, é dever do Estado, mas não é o único meio de chegar a uma pacificação de conflitos sociais. A estes novos meios de composição, dá-se o nome de “soluções parajurisdicionais”, haja vista que agem paralelamente às atividades do Estado (LIMA, 1994, p.01).

O número excessivo de processos tramitando nas comarcas e varas judiciais, necessitam de um olhar mais aprofundado acerca de meios alternativos de resolução de conflitos, para que possa haver uma diminuição na demanda, desafogando o judiciário (LIMA, 1994, p. 01).

A arbitragem é um dos meios extrajudiciais, mais comuns de resolução de conflitos. E está regulamentada, no Brasil, pela Lei nº 9.307 de 1996. Segundo Tânia Lobo Muniz (1999, p. 19) a noção deste instituto “baseia-se em duas características principais: o acordo de vontades entre as partes e o poder de julgar que recebem os árbitros, subtraindo o julgamento estatal”.

A arbitragem é o meio de solução de controvérsias que mais se parece com o Judiciário, por conter a figura de um terceiro julgador, sendo que suas decisões geram um título executivo, ou seja, suas sentenças ou julgados tem a mesma força que as decisões de um Juiz togado, constituindo assim, uma forma heterocompositiva de solução de avenças, afinal esta prerrogativa é dada a um terceiro imparcial. Deste modo reza o art. 18, da Lei de Arbitragem que “o árbitro é juiz de fato e de direito, e a sentença que proferir não fica sujeita a recurso ou a homologação pelo Poder Judiciário” (BRASIL, 2018, p.)

Aqui as partes têm uma autonomia maior, pois possuem o poder de escolher o árbitro ou os árbitros, que julgarão a lide proveniente do caso para o qual foram eleitos. Vale ressaltar que a eleição do árbitro tem que constar no contrato, assim dispõe a Lei nº 9.307/96:

Art. 3º As partes interessadas podem submeter a solução de seus litígios ao juízo arbitral mediante convenção de arbitragem, assim entendida a cláusula compromissória e o compromisso arbitral.

Art. 4º A cláusula compromissória é a convenção através da qual as partes em um contrato comprometem-se a submeter à arbitragem os litígios que possam vir a surgir, relativamente a tal contrato.

§ 1º A cláusula compromissória deve ser estipulada por escrito, podendo estar inserta no próprio contrato ou em documento apartado que a ele se refira.

§ 2º Nos contratos de adesão, a cláusula compromissória só terá eficácia se o aderente tomar a iniciativa de instituir a arbitragem ou concordar, expressamente, com a sua instituição, desde que por escrito em documento anexo ou em negrito, com a assinatura ou visto especialmente para essa cláusula. (BRASIL, 2018)

As partes pactuantes podem ser pessoas físicas, ou jurídicas, incluindo a administração pública direta e indireta, nos termos do art. 1º, §§ 1º e 2º, da Lei nº 9.307/96:

§ 1º A administração pública direta e indireta poderá utilizar-se da arbitragem para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis.

§ 2º A autoridade ou o órgão competente da administração pública direta para a celebração de convenção de arbitragem é a mesma para a realização de acordos ou transações. (BRASIL, 2018)

O árbitro, não é necessariamente, um bacharel em direito, assim dispõe o art. 13, da Lei nº 9.307/96, ao afirmar que “pode ser árbitro qualquer pessoa capaz e que tenha a confiança das partes” (BRASIL, 2018).

A Arbitragem é uma forma de solução de conflito que serve somente para direitos disponíveis, ou seja aqueles direitos em que as partes podem dispor, assim como ocorre nos direitos patrimoniais. Assim, dispõe o art. 1º, da Lei nº 9.307/96, ao dizer que “As pessoas capazes de contratar poderão valer-se da arbitragem para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis” (BRASIL, 2018).

Além de permitirem discussão, apenas sobre bens disponíveis, também, exige-se que as partes interessadas em dirimir o conflito por meio da arbitragem, sejam capazes de contratar (ALVIM, 2016, p. 95).

Ainda segundo José Eduardo Carreira Alvim (2016, p. 96), o que se espera da arbitragem, é que os processos sejam resolvidos com mais rapidez e eficácia, de modo que, ao Poder Judiciário, reste somente aqueles direitos que não possam ser acordados, por serem de competência do Estado.

Percebe-se então, que a arbitragem é um meio legítimo, para a solução de litígios. Por meio deste instituto, os litigantes conseguem uma resposta mais rápida para o conflito, pois independe da atuação do Estado, o qual têm enfrentado um número altíssimo de demandas, provocando lentidão e, conseqüentemente, insatisfação em relação aos julgados, os quais podem chegar tarde demais, trazendo a sensação de que a justiça não se fez. A arbitragem tende a contribuir para o desafogamento do Judiciário, de forma eficaz, ampliando os recursos de resolução de litígios.

3. OS LITÍGIOS ENVOLVENDO O DIREITO DE FAMÍLIA E SUAS PROBLEMÁTICAS

Em tese, os relacionamentos são construções afetivas, de cunho amoroso, carregados de sonhos e ideais de uma vida conjunta, uma família. Ocorre, que o ser humano não sobrevive de expectativas, de juras de amor eterno, tão pouco de felicidade plena. No plano real, casais se separam de fato, ou se divorciam com grande frequência, sem desconsiderar os tempos de outrora, quando os índices de separação eram menores que os atuais. Famílias são desconstituídas, por motivos vários, sofrem fissuras dolorosas, afinal, além do rompimento da benquerença entre o casal, as rupturas afetivas atingem de forma agressiva o psicológico de todos os envolvidos.

3.1. As problemáticas/peculiaridades que envolvem os litígios de Direito de Família

Dentre as várias ramificações do Direito, está o Direito de Família. No entanto, diferentemente do que ocorre com o Código Penal, Trabalhista ou Consumidor, o Direito de Família não possui um código próprio, específico, o qual trataria de problemáticas que envolvem lides com forte vínculo afetivo.

Quando se fala em família, compreende-se que a realidade jurídica positiva encontra algumas barreiras, afinal, este sistema de pessoas se compreende de situações que fogem a normalidade (RIZZARDO, 2011, p. 01). Tendo em vista que, aplicar a Lei a uma quebra de contrato de compra e venda, por exemplo, não é o mesmo que aplicar a Lei a uma lide de ordem familiar, haja vista, que uma decisão judicial influenciará na vida de todos os envolvidos.

Os membros de um sistema familiar possuem forte vínculo de dependência entre si. A prova desta interdependência pode ser facilmente identificada, considerando-se, que quando um ente passa por uma situação difícil, os demais também são afetados, conforme, sabiamente preceitua Giselle Câmara Groeninga (2008, p. 22), ao afirmar que:

A família, em primeiro lugar, é um sistema e, como tal, o todo da família é maior do que a soma das partes, dos membros que a compõe. Seus elementos estão em interação, que os mantém numa relação de interdependência. Assim, o que ocorre com um elemento afeta, em graus diferentes, de acordo com a intensidade da relação de assimetria e dependência aos demais.

Na era primitiva o instinto, quase irracional, do ser humano, conduzia a relações. Remete-se a uma época de libertinagem, pois não haviam relações fixas. Um pouco mais adiante no tempo e, a união entre o casal passou a se dar por meio do que ficou chamado de “rapto”, pois o homem deveria tomar/capturar sua mulher, mesmo que para isto se utilizasse da força. (RIZZARDO, 2011. p. 9).

Já no Direito Romano surgiu a figura do *paters familias*, ao qual toda a família se submetia. Já em uma outra esfera se encontrava a família patriarcal, onde o vínculo familiar entre a mulher e sua linhagem era desconsiderado. Ao contrário do que ocorre atualmente, uma vez que, hoje, a família se caracteriza por laços sanguíneos, entre genitores e filhos, os quais podem ser legítimos, ou não (RIZZARDO, 2013, 9-11).

Com o passar do tempo, o ordenamento jurídico brasileiro precisou se adaptar ao novo modelo de sociedade. Para tanto a promulgação da Constituição brasileira de 1988, fora essencial, haja vista suas inovações no campo das relações familiares, englobando suas diferentes estruturas. O Código Civil de 2002, deu mais um grande passo ao reafirmar os termos da Constituição, dando a Família uma concepção contemporânea, moderna, condizente com a nova realidade social. Distinções entre filhos legítimos e ilegítimos, já não tem relevância jurídica em relação aos direitos/deveres dos seus genitores, ou responsáveis. Resiste, também, uma clara preocupação em torno da distinção de direitos entre cônjuges e companheiros, e a igualdade entre homens e mulheres, substituindo o antigo sistema *Pater familias* pelo poder familiar, por meio do qual ambos os genitores se prestam aos mesmos direitos/deveres (ALMEIDA; LEVI; LIMA. 2013. p. 203).

Ocorre que as transformações não pararam por aí, segundo Ricardo Lucas Calderón (2013, p. 11), “paralelamente se reconheceu que as relações familiares podem se configurar com diversos liames e não apenas com base em um ou outro modelo: laços biológicos, afetivos, registrares, jurídicos e matrimoniais desfilam lado a lado na multicolorida sociedade do novo milênio”.

Esta nova concepção de família moderna traz como primícias vínculos de cunho emocional, como o amor, o afeto, a igualdade de direitos e o companheirismo. Com o passar do tempo e as transformações da sociedade, a religião encontrou pouco espaço no âmbito familiar, a educação fora delegada ao Estado, os pais já não transmitem seus trabalhos aos filhos, o núcleo familiar diminuiu, a mulher busca o sustento da casa, a noção de casal possui diferentes conotações, o número de divórcios aumentou em reflexo ao distanciamento do ensino religioso, daquilo que até então era considerado costumeiro por se basear na moral e na honra da família (GONÇALVES, 2013, p. 244).

Diante de todas as transformações sociais, o Direito de Família, ganha espaço particular, olhares mais atentos, constituindo-se em Varas específicas. Deste modo, observa-se uma crescente preocupação com o humano, surgindo, assim, a necessidade de buscar uma justiça que favoreça a todos. Para tanto, métodos consensuais, passam a ser obrigatórios, e devem ser estimulados por magistrados, pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, entre outros.

Os legisladores tentam aproximar normas e fatos, no entanto, as lides processuais são cada vez mais complexas e duradouras, umas apensadas as outras, as quais abrem brechas para uma lista de litígios, provenientes de um único fato, a quebra de um vínculo afetivo considerado familiar.

Nas palavras de Sami Storch (2017),

A tradicional forma de tratar os conflitos no Judiciário já não é vista como a mais eficiente, pois uma sentença de mérito, proferida pelo juiz, quase sempre gera inconformismo de uma das partes – e não raro desagrada a ambas –, em muitos casos enseja a interposição de recursos e manobras processuais ou extraprocessuais que dificultam a execução, retardando assim a efetividade da prestação jurisdicional. Como consequência, a pendência tende a se prolongar em demasia, gerando altos custos ao Estado e muita incerteza e sofrimento para as partes. Além disso, a instrução processual tradicional tende a provocar cada vez mais o agravamento do conflito e o distanciamento entre as partes, uma vez que, muitas vezes, cada uma delas procura defender o seu direito combatendo o da outra parte ou mesmo atacando-a pessoalmente.

Quando se trata de Direito de Família, o processo judicial passa a deixar de ser o meio mais adequado de solução de conflitos, pois a norma, por si só, é fria, e não atende as expectativas dos litigantes, afinal, o que de fato se pretende está oculto, ou nas entrelinhas das peças processuais, ao passo que ao julgador caberá, tão somente adequar o caso a uma decisão que lhe pareça mais coerente, no entanto, mais invasiva. Neste sentido dispõe Sami Storch (2017) ao afirmar que:

Tal fenômeno é ainda mais claramente visível nos conflitos de ordem familiar, que têm origem quase sempre numa história de amor (um casamento ou caso amoroso) e geralmente envolve filhos de ambas as partes. A instrução processual, nesses casos, é altamente nociva para todos os envolvidos, pois cada testemunha que depõe a favor de uma parte pode trazer à tona fatos comprometedores relativos à outra, alimentando o rancor e o ressentimento e dificultando a obtenção da paz.

O diálogo, não têm sido o método eleito pelos litigantes, para solucionar suas contendas afetivas/emocionais. Tendo em vista que uma das características mais fortes das lides processuais familiares, são de ordem psicológica, sentimental, posteriores a quebra do vínculo afetivo. São situações em que se concentram forte carga de angustias, de

ressentimentos, de culpas, de medos, de desejos de vingança, e em grande parte das vezes, o processo judicial, pode ser considerado, a forma mais “eficaz” de atacar o suposto “adversário”, mesmo diante do alto preço a se pagar. E, para tanto descreve Rolf Madaleno (2006, p. 152), afirmando que,

não é nada incomum deparar com casais apartados, usando filhos como *moeda de troca*, agindo na contramão de sua função parental e pouco se importando com os nefastos efeitos de suas ausências; suas omissões e propositadas inadimplências dos seus deveres. Terminam os filhos experimentando vivências de abandono, mutilações psíquicas e emocionais, causadas pela rejeição de um dos pais e que só servem para magoar o genitor guardião. Como bombástico e suplementar efeito, baixa a níveis irrecuperáveis a auto-estima e o amor próprio do filho enjeitado pela incompreensão dos pais.

Toda esta trama sentimental, coloca o judiciário em uma posição de extrema insegurança. E diante do fato, de que os magistrados não foram preparados para lidar com situações que ultrapassem os limites da lei, mais do que nunca necessitam de firmeza nas decisões, de modo a garantir a segurança jurídica.

Para tanto discorre Lidia Levi, Luciana Pimental Duarte Gomes de Almeida e Maria Cristina de Brito Lima (2013, p. 202) ao afirmarem que:

A sociedade tem enfrentado desafios advindos de transformações em todas as camadas da coletividade, e o cidadão encontra cada vez mais dificuldades para solucionar seus conflitos. [...] **O Poder Judiciário, na condição de garantidor de direitos, é convocado a decidir sobre os conflitos que não alcançaram soluções aceitáveis pelos litigantes e para os quais o legislador só encontra resposta na aplicação da lei.** (grifo original)

As lides familiares já não podem ser pensadas somente com a “cabeça fria” do julgador. É necessário buscar meios adequados que estimulem as partes a encontrarem a solução para seus conflitos afetivos, haja vista, que em meio a toda esta gama de ressentimentos, e choques de interesses, estão os filhos, os quais muitas vezes são usados como “armas de guerrilha”, num ataque sem qualquer ponderação.

3.2. Divórcio judicial, um conflito sem fim

Mesmo diante de todas as transformações ocorridas na sociedade, o casamento permanece como instituto regulamentado pelo ordenamento jurídico brasileiro. A começar pela capacidade civil que pode ser adquirida pelo casamento, conforme previsão no art. 5º, II,

do Código Civil vigente. Além mais, o casamento religioso, ainda, serve para fins de validar o casamento civil, a saber:

Art. 1.515. O casamento religioso, que atender às exigências da lei para a validade do casamento civil, equipara-se a este, desde que registrado no registro próprio, produzindo efeitos a partir da data de sua celebração.

Art. 1.516. O registro do casamento religioso submete-se aos mesmos requisitos exigidos para o casamento civil.

§ 1º O registro civil do casamento religioso deverá ser promovido dentro de noventa dias de sua realização, mediante comunicação do celebrante ao ofício competente, ou por iniciativa de qualquer interessado, desde que haja sido homologada previamente a habilitação regulada neste Código. Após o referido prazo, o registro dependerá de nova habilitação.

§ 2º O casamento religioso, celebrado sem as formalidades exigidas neste Código, terá efeitos civis se, a requerimento do casal, for registrado, a qualquer tempo, no registro civil, mediante prévia habilitação perante a autoridade competente e observado o prazo do art. 1.532.

§ 3º Será nulo o registro civil do casamento religioso se, antes dele, qualquer dos consorciados houver contraído com outrem casamento civil. (BRASIL, 2019).

O casamento Civil, requer a escolha de um regime de bens, com o objetivo de regulamentar direitos patrimoniais, que poderão ser discutidos mais tarde, tanto por uma questão sucessória, assim como para a compra e venda de bens, geralmente imóveis, inclusive a possibilidade de um divórcio.

Os regimes se dividem entre Comunhão Universal de bens, o qual até o evento da Lei do Divórcio, n. 6.515, era conhecido como regime legal supletivo, tendo em vista a não opção do casal por qualquer outro regime. Após a edição da Lei o regime legal supletivo passou a ser de Comunhão Parcial de bens, previsão esta que se manteve no atual Código Civil. Porém com a chegada do Código de 2002, fora eliminado o regime dotal, considerado irrelevante ao direito brasileiro, sendo adotado então o regime de participação final dos aquestos, inspirado no Código Italiano. Além destas, ainda vigora o regime da separação de bens, o qual se divide entre separação legal e separação convencional (MAIA JÚNIOR, 2010, p. 172 -202).

Até a Emenda Constitucional, nº 66/2010, que alterou a redação do §6º, 226, da Constituição Federal, a dissolução do casamento por meio do divórcio, só seria possível mediante separação judicial, por mais de 01 (um) ano, ou separação de fato por mais de 02 (dois) anos, tendo em vista o *Princípio da Indissolubilidade do casamento* previsto no art. 144, da Constituição Federal de 1988. Com a nova redação o casamento civil, pode ser dissolvido, imediatamente, pelo divórcio, pondo fim no instituto da separação judicial, o qual dissolvia tão somente a sociedade conjugal, impedindo, que as pessoas separadas pudessem

contrair novo casamento, uma vez o vínculo matrimonial permanecia (TORRES, 2018, p. 227-228).

Quando se trata de direito de família, a ideia de regimes de bens, e outras formas de regulamentar este grupo de pessoas, condiz com o fato de que é no seio familiar que se promove a dignidade da pessoa humana, e o fortalecimento de suas virtudes. Neste liame institutos como a separação e o divórcio aparecem como remédio para curar as enfermidades de uma relação de sofrimento dentro do lar conjugal. No entanto, enquanto aquele que promove a separação aparenta certo alívio, aquele que recebe a informação se sente repudiado. Foi pensando em tal realidade que em, 331, um Constituição Imperial de Constantino, passou a admitir a aplicação do divórcio unilateral imotivado somente a casos graves. (PELUSO, 2017, 09-12).

O casamento é um ideal de vida, uma vez que se trata de um mergulho profundo, por meio do qual se busca uma estabilidade emocional, profissional e econômica. O combustível para a solidificar esta ideia, em regra, é puramente romântico. Ocorre que os contraentes do casamento, desconhecem as razões mais íntimas e urgentes de cada um em relação a união dos sentimentos. Deste modo, quando se encontram em estado de repúdio, em razão do desamor do outro, passam a sentir uma espécie de rejeição, cujo sofrimento pode ser comparado com a morte física de um ente querido, para o qual não encontram razões compreensíveis. Para tanto é necessário que a justiça compreenda a separação de forma objetiva e aceitável, justificativas civilizadas para entender cada cônjuge “como pessoa humana, sujeito de direito, valor primeiro e fundamento último de toda a ordem jurídica” (PELUSO, 2017, p. 12-17).

A separação pode ocorrer de forma judicial ou extrajudicial. Quando, opta-se pelo meio judicial, têm-se dois caminhos, o do consenso entre as partes e o litigioso, ou contencioso. Para tanto, discorre Hugo Yan Charú Rabelo (2017, p. 24), ao dizer que,

no que se refere ao divórcio consensual, seja ele judicial (obrigatório se houver filho incapaz) ou extrajudicial, o procedimento é muito mais célere e simplificado do que o contencioso; sendo que o primeiro consiste na homologação feita pelo juiz da vontade das partes (com a presença do Ministério Público para resguardar o interesse do incapaz); e o segundo consiste em uma escritura pública lavrada no Tabelionato de Notas, constando os termos acordados, e o envio da respectiva escritura para o Cartório de Registro Civil, no qual será averbado o divórcio na certidão de casamento.

Diante da homologação de um acordo por meio de divórcio consensual judicial, ou extrajudicial, as partes tendem a se sentirem mais satisfeitas com o que fora entabulado, uma vez que a fizeram de comum acordo, no entanto, quando se opta pela via judicial

contenciosa, as possibilidades de que novas discussões sejam alavancadas no judiciário são maiores, e, conseqüentemente, mais dolorosas, haja vista, que outros pontos relevantes serão julgados pelo magistrado, considerando a presença, inclusive, de menores, quando serão estipulados a guarda, os alimentos, as visitas, entre outros.

Neste mesmo sentido expende Hugo Yan Charú Rabelo (2017, p. 24), ao afirmar que,

uma sentença em ação de divórcio cumulada com alimentos, que pode ser reajustada a qualquer tempo, tendo em conta as especificidades dos vínculos jurídicos advindos do direito de família, pode ser objeto de eterna discussão entre os litigantes, perdurando-se sentimentos de animosidade entre as partes, o que seria menos provável de ocorrer caso estas buscassem um entendimento.

Carlos Henrique Souza da Cruz e Taciana Chiquetti (2017, p. 277-278) reforçam a necessidade de considerar o fato de que:

a origem conflituosa está além do litígio judicial em si. Quando aí chega, traduz-se na incapacidade entre as partes de resolverem por si só seus conflitos. A demanda judicial, além de denotar a precariedade na resolução de conflitos, traz encoberta um pedido desconhecido que traduz um desejo não satisfeito de uma pessoa ou de um grupo, o qual pleiteia é apenas o porta-voz.

Diante de todas as transformações da sociedade, o casamento deixou de ser algo intocável, indissolúvel. Haja vista, a preocupação com o humano e, conseqüentemente, com sua dignidade pessoal, oportunizando-lhe o direito a escolha de seu consorte. Com a normatização do divórcio, dada pela Constituição Federal de 1988, o casamento fora sendo desmistificado, dando lugar às lides forenses. O romantismo das relações conjugais, descrita por literatos, é substituído, por sentimentos inferiores como ódio, vingança, asco, repelência, e ligeiramente, sentido pelos filhos na disputa da guarda (MOURA, 2015. p. 27-28).

Quando uma das partes rejeita a ideia da separação consensual, por motivações variadas, o conflito tende a ser interminável. No entanto, quando a não aceitação parte, puramente, do sentimento de rejeição, de abandono, de aversão, ou seja, do ressentimento pessoal da parte renegada, a lide se torna insuportável para todos os seus envolvidos. Especialmente, em para os filhos menores.

3.3. A guarda e os filhos do divórcio

Da dissolução do casamento, despontam pontos de extrema relevância ao direito, especialmente, em relação aos filhos havidos durante a união. As transformações decorrentes

do afastamento dos pais trazem reflexos importantes para a vida dos envolvidos. Afinal, a realidade dos fatos influenciará, diretamente, no futuro da prole. É, chegado, portanto, o momento de discutir questões até então impensáveis, como guarda, direito/dever de visitas e alimentos.

Neste liame, o lado psicológico da separação merece atenção especial, uma vez que o bem-estar da dos filhos, depende da receptividade dos cuidados necessários para seu desenvolvimento físico e intelectual. Tendo em vista que ressentimentos e mágoas decorrentes da quebra do vínculo entre os pais, interferem, negativamente, no sistema familiar, uma vez que fomentam os conflitos já existentes (CARDOSO, 2016. P. 15).

Segundo Terezinha Féres-Carneiro (1998),

Quem se separa é o par amoroso, o casal conjugal. O casal parental continuará para sempre com as funções de cuidar, de proteger e de prover as necessidades materiais e afetivas dos filhos. [...] Costumo afirmar que o pior conflito que os filhos podem vivenciar, na situação de separação dos pais, é o conflito de lealdade exclusiva quando exigida por um ou por ambos os pais.

Estar sob a guarda de alguém significa estar amparado. E para tanto a orienta Andréia Guedes Martins Bastos de Moura (2015, p. 31), ao dizer que “Guarda é uma palavra que exprime a ideia de zelo, cuidado, amparo, segurança, proteção, uma obrigação que os pais devem ter com os filhos”.

Para Nadine Anelli Silva (At. Al, 2015, p. 09),

A guarda é um instituto de natureza temporária que visa garantir os direitos da criança enquanto não há solução jurídica da situação dela de forma definitiva. Quem se torna responsável pelo menor deve prestar assistência material, moral e educacional a ele. É direito do detentor da guarda opor-se aos terceiros (inclusive os próprios pais), regularizando assim a posse de fato. Como o objetivo da guarda é atender a criança desamparada, essa ocorre – de fato – independentemente de prévia suspensão ou destituição do poder familiar. Nos casos em que há um pedido judicial pela guarda do menor e o Juiz da Justiça concede tal requerimento, a guarda passa a ser considerada guarda legal.

A guarda está intimamente ligada ao instituto do poder familiar, no entanto, pode ser concedida a um terceiro, quando os pais, por motivos variados não tiverem condições, físicas ou psicológicas de cumprir com seu direito/dever, ou pela perda do poder familiar, o que ocorre somente na forma da lei, sendo que os pais não se eximem de qualidade de genitores. Conforme preceitua Nadine Anelli Silva (At. Al, 2015, p. 09):

Como direito de família puro, é *irrenunciável*, pois sendo integrante do estado das pessoas não pode ser abdicado pelos pais, logo é também incompatível com a transação; é *inalienável ou indisponível*, porque não pode ser transferido a terceiros, a título oneroso ou gratuito; é *imprescritível*, ou seja, dele não decaem os genitores

pelo fato de não o exercerem, perdendo-o somente na forma da lei. As obrigações que dele decorrem são, outrossim, *personalíssimas*.

Segundo Andréia Guedes Martins Bastos de Moura (2015, p. 31), “falar em filhos da separação significa falar em um ser de direitos [...]”. Direitos estes que visam a garantia da convivência dos filhos com os pais, ainda que a realidade fática tenha sofrido grandes alterações.

A partir do momento em que há a propositura de uma Ação Judicial para dissolução do casamento, discute-se, entre outros pontos, a guarda dos filhos menores, que pode ser compartilhada ou unilateral. Conforme dispõe Wanderlei José dos Reis (2019, p. 10), ao afirmar que “atualmente, a guarda de filhos menores ou incapazes pode ser unilateral – atribuída a um só dos genitores ou a alguém que a substitua – ou compartilhada, onde há responsabilização conjunta dos pais”.

Foi pensando no melhor interesse da criança que o legislador, em 13 de Junho de 2008, ao editar a Lei nº 11.698, remodelou os artigos 1.583 e 1584, ambos do Código Civil, trazendo novidades acerca da guarda, podendo a partir de então ser compartilhada entre os genitores, os quais possuem as mesmas obrigações/deveres, mesmo residindo em endereços distintos, afinal, o objetivo é a convergência de esforços no intuito de garantir o bem-estar da criança ou adolescente (REIS, 2019, p. 11-12).

A guarda compartilhada não pode ser confundida com a guarda alternada, afinal nesta os pais se revezam quanto aos períodos, enquanto naquela, a criança pode estar sob a tutela apenas de um dos genitores (REIS, 2019, p. 12). No entanto, há uma junção de obrigações, as quais em parte são dispensadas quando se trata da guarda unilateral, por exemplo, pois em si tratando desta espécie de tutela, o guardião detém a responsabilidade da representação para os atos da vida civil.

Tanto a guarda compartilhada, quanto a guarda unilateral, podem ser concedidas mediante acordo judicial, ou até mesmo determinada pelo magistrado. Assim, preceitua o art. 1.584, I e II, do Código Civil. Quando sentenciada pelo Juiz, este julgará de acordo com a disponibilidade de tempo dos pais, especialmente, no que toca as necessidades particulares do filho. E foi pensando nisto, que em 22 de dezembro de 2014, com a promulgação da Lei nº 13.058, o §2º, art. 1584 do Código Civil, recebeu nova redação, o qual preleciona que diante da impossibilidade um acordo entre as partes, e possuindo estes, igualdade de condições de “exercer o poder familiar”, a guarda será compartilhada, exceto se um dos genitores manifestar desinteresse na referida tutela (REIS, 2019, p. 12).

O código civil concedeu ao magistrado, ainda, a possibilidade legal de se valer da ajuda de profissionais adequados para deliberar acerca da guarda compartilhada. Sendo assim, o §3º, do art. 1.584 (BRASIL, 2019), preceitua que:

Para estabelecer as atribuições do pai e da mãe e os períodos de convivência sob guarda compartilhada, o juiz, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, poderá basear-se em orientação técnico-profissional ou de equipe interdisciplinar, que deverá visar à divisão equilibrada do tempo com o pai e com a mãe.

Neste diapasão, determinar a guarda por meio de sentença judicial requer muito preparo. Em regra os magistrados desconhecem a situação fática que levou as partes a litigarem em prejuízo de si próprios, tendo em vista que uma sentença judicial não resolve questões emocionais individuais das partes. Afinal, o magistrado não é um salvador.

Com a decisão judicial, ou homologação de acordo entre as partes, em relação a guarda, seja ela unilateral ou compartilhada, surge o direito/dever de visitas do genitor não guardião, que deve ser respeitado, integralmente, por aquele que detém a tutela, de modo a garantir o convívio familiar do filho. No entanto, não é raro o detentor da guarda dificultar a convivência do genitor não guardião, ou este não cumprir com sua obrigação de contato frequente com o filho. Para ambos os casos, o descumprimento na obrigação de fazer, pode gerar multa, nos moldes do art. 461, §5º, do Código de Processo Civil (ORSELLI, 2011, p. 15).

Em regra os conflitos em relação a prole surgem após a separação dos pais, os quais já não dividirão o mesmo teto, dificultando a convivência familiar da criança. Para tanto discorre Helena de Azeredo Orselli (2011, p. 11), ao mencionar que:

Nestes casos é frequente o conflito relativo ao direito do filho de conviver com ambos os pais e seus familiares. Algumas vezes há uma disputa acirrada pela guarda dos filhos, outras vezes há problemas relacionados ao exercício do direito de visita, seja pelo obstáculo às visitas, seja pela ausência do genitor não guardião.

A adaptação dos filhos a nova realidade social é um processo lento, e por vezes muito doloroso, especialmente, quando os pais não conseguem aceitar a quebra do vínculo amoroso, levando aquele acontecimento até as últimas consequências. O acordo entre os genitores é o caminho menos espinhoso, tanto para os pais, quanto para os filhos, tendo em vista que estes nem sempre podem exprimir suas opiniões. Afinal, a decisão de desfazer o casamento é exclusiva dos genitores. Neste diapasão, além de ter que aceitar as transformações em relação a convivência familiar, os filhos da separação, ainda precisam conviver com disputas judiciais intermináveis.

3.4. Alimentos, um direito fundamental

Quando se fala em alimentos, fala-se basicamente em sobrevivência. Afinal, na pirâmide de necessidades da vida, os alimentos vêm em primeiro lugar, pois deles se retém o sustento do corpo físico, sob o qual se condiciona a existência humana. Sendo assim, não há nada de assustador em dizer que os alimentos são um direito fundamental e, portanto, constitucionalmente protegidos.

Para tanto ressalta Arnildo Fabio de Araujo (1998, p. 189):

O direito a alimentos visa assegurar a sobrevivência e o desenvolvimento do indivíduo e, também, o mais importante dos direitos humanos: o Direito à vida. Para a realização desse direito, o Estado deve usar de todos os seus meios e instrumentos, sob pena de falhar em seus objetivos fundamentais, quais sejam: a construção de uma sociedade justa e solidária; a redução das desigualdades sociais; e a promoção do bem de todos.

Segundo Rolf Madaleno (2003, p. 01) o ser humano deve correr atrás do seu próprio sustento, de modo a garantir sua sobrevivência, ainda que venha a precisar receber alimentos por determinado período da sua vida, até atingir idade suficiente para tanto, exceto nos casos em que por decorrência de situações alheias a sua vontade, sejam elas transitórias ou permanentes, o indivíduo venha a necessitar de ajuda, uma vez que, não possui capacidade para assegurar sua subsistência.

Entretanto, quando se fala em alimentos no mundo jurídico, não se fala somente em nutrição, mas sobre o direito a uma vida digna, com base no sustento amplo do alimentando, seja com vestuário, com moradia, lazer, educação, incluindo até mesmo o direito a profissionalização do jovem com mais de 18 anos, que em regra não estaria mais sobre o poder familiar, pois já possui capacidade civil para sobreviver por si só. No entanto, se entende que este jovem por não possuir uma profissão, ainda não consegue prover seu próprio sustento, carecendo de ajuda dos genitores até que possua condições de adquirir um trabalho profissional (MADALENO, 2003. 01).

Neste sentido ainda destaca Arnildo Fabio de Araujo (1998, p. 190), ao afirmar que “a idéia de alimentos, no direito pátrio, prende-se à relação que obriga uma pessoa a prestar à outra o necessário para sua criação e educação, ou seja, os recursos necessários à pessoa para atender às suas necessidades físicas, sociais e jurídicas”.

Rolf Madaleno (2003. p. 01), ainda destaca outros pontos importantes acerca da obrigação alimentar, a saber:

Ainda, àquele que, por enfermidade grave apresenta intransponível obstáculo e absoluta impossibilidade de prover sua manutenção com o resultado financeiro de seu trabalho, segue sendo potencial credor de alimentos que não têm origem exclusiva no parentesco, podendo surgir o direito alimentar do casamento, da união estável, por disposição testamentária, por contrato, e indenização por ato ilícito, embora estatisticamente a obrigação alimentar encontre maior incidência nas relações familiares oriundas dos vínculos de parentesco, e da entidade familiar surgida do casamento, ou da estável convivência.

Deste modo, enquanto para uns surge o direito a receber alimentos, para outros surge a obrigação de pagar alimentos, sejam eles decorrentes de testamento, da legislação, determinação judicial, acordos, contratos, entre outros (ARAUJO, 1998, p. 190).

Nas obrigações alimentares de ordem familiar, especialmente, nas obrigações relacionadas aos filhos havidos no casamento, sobre o qual sobreveio ação de divórcio judicial e, posteriormente, sentença determinando a guarda ou homologando acordo entre as partes surge a necessidade de estabelecer alimentos. Para tanto, o art. 1.703, do Código Civil, preceitua que os cônjuges mesmo separados devem contribuir para a manutenção dos seus filhos na proporção dos seus recursos. Ou seja, a obrigação alimentar é recíproca, pois ambos os genitores compartilham do mesmo encargo, conforme preceitua o art. 226, § 5º, da Constituição Federal de 1988.

A obrigação de prestar alimentos resiste, ainda, que a guarda seja compartilhada, tendo em vista, que a guarda está vinculada ao poder familiar, e não escusa a obrigação de prestar alimentos, sendo que este ônus advém do dever constitucional de assistência aos filhos, previsto no art. 226, da Carta Magna de 1988. Portanto, independe da situação em que se encontram os genitores, juntos ou separados, a obrigação alimentar persistirá para ambos de maneira igual, afinal, a separação põe fim aos encargos, ao dever de fidelidade, de moradia conjunta, porém não exime os pais dos direitos/deveres em relação aos filhos, ainda que constituam novo casamento (SÉRGIO, 2019, p. 26-27).

A ação que determina o dever de pagar alimentos têm sido uma das mais conturbadas do judiciário, seja pelo seu valor monetário, seja pelo ressentimento encubado, de umas partes, que se utiliza do judiciário para perpetuar uma discussão de cunho sentimental, a qual poderá trazer consequências amargas para o futuro dos filhos. No mesmo sentido dispõe Sami Storch (2010):

Numa ação de divórcio, a solução jurídica relativa aos filhos menores pode ser simplesmente definir qual dos pais ficará com a guarda, como será o regime de visitas e qual será o valor da pensão. É o que usualmente se faz. Mas de nada adiantará uma decisão judicial imposta se os pais continuarem se atacando. Independentemente do valor da pensão ou de quem será o guardião, os filhos crescerão como se eles mesmos fossem os alvos dos ataques de ambos os pais.

Se por um lado quem exige alimentos, objetiva fomentar uma guerra pessoal contra a outra parte, do outro lado, quem se obriga a pagar alimentos pode não o fazer de maneira adequada, seja pela situação econômica, seja pelo mero desleixo, ou até mesmo por compreender que o requerente não carece do direito. Ocorre, que no centro destas lides estão os filhos, com suas necessidades biológicas e carências afetivas.

A decisão proferida pelo juiz gera um título executivo judicial, o qual poderá ser executado pelas partes, quando estas descumprirem os termos do julgado, assim dispõe o art. 515, I e II, do Código de Processo Civil, a saber:

Art. 515. São títulos executivos judiciais, cujo cumprimento dar-se-á de acordo com os artigos previstos neste Título:

I - as decisões proferidas no processo civil que reconheçam a exigibilidade de obrigação de pagar quantia, de fazer, de não fazer ou de entregar coisa;

II - a decisão homologatória de autocomposição judicial;

O instituto da execução existe como meio de coibir a parte devedora a cumprir com sua obrigação judicial. Todavia, no direito de família, quando a sentença envolve alimentos aos filhos comuns havidos na relação entre as partes, a execução do devedor de alimentos pode levá-lo a prisão cível, sendo esta a única possibilidade de encarceramento prevista no Código Civil. A saber:

Art. 528. No cumprimento de sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia ou de decisão interlocutória que fixe alimentos, o juiz, a requerimento do exequente, mandará intimar o executado pessoalmente para, em 3 (três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo.

[...]

§ 3º Se o executado não pagar ou se a justificativa apresentada não for aceita, o juiz, além de mandar protestar o pronunciamento judicial na forma do § 1º, decretar-lhe-á a prisão pelo prazo de 1 (um) a 3 (três) meses.

[...]

Não obstante, a execução de alimentos também pode se dar pelo rito da expropriação, caso em que não será admitido a prisão do devedor, conforme preleciona o § 8º, do Código de Processo Civil:

§ 8º O exequente pode optar por promover o cumprimento da sentença ou decisão desde logo, nos termos do disposto neste Livro, Título II, Capítulo III, caso em que não será admissível a prisão do executado, e, recaiando a penhora em dinheiro, a concessão de efeito suspensivo à impugnação não obsta a que o exequente levante mensalmente a importância da prestação.

Tanto a guarda, quanto o direito de visitas e os alimentos podem vir a ser rediscutidos e alterados, posteriormente. No tocante a ação de alimentos, esta alteração pode se dar por meio de ação de execução, de revisional e até mesmo de exoneração de alimentos.

Todas estas ações dispõem de requisitos como o não pagamento de alimentos, a mudança na situação econômica do pagador, ou pelo fim do poder familiar. A viabilidade, destas ações são legais, no entanto, não é raro se deparar com situações em que há um certo abuso do direito/dever, das partes, as quais, feridas, se utilizam destes meios para se manterem conectados àquela relação doentia. Isto, porque segundo Bert Hellinger (2007, p. 133), a dor da separação entre um casal, é umas das mais difíceis de serem superadas. A saber:

Pela consumação do amor cria-se, entre o homem e a mulher, um vínculo real. Este, por seus efeitos, é ainda mais forte do que o vínculo real dos filhos aos pais. É absolutamente o mais forte dos vínculos, separar-se dos pais não traz tanta dor e culpa quanto separar-se de um parceiro a quem se estava ligado. Isto se mostra pelos seus efeitos.

Neste ínterim, nos casos mais complexos envolvendo litígios de família, os maiores obstáculos não são aparentes, uma vez que a ação de alimentos, visa discutir o bem jurídico tutelado, isto é, não interessa ao magistrado alcançar o que acontece por trás do processo, haja vista, que sua decisão sempre será motivada acerca do melhor interesse dos filhos. Portanto, o magistrado não fundamentará sua decisão baseado em ressentimentos, mágoas, culpas, ou seja, nos fatores implícitos que levaram as partes a litigarem até as últimas consequências.

Contudo, toda esta discussão traz muito sofrimento e angustia àqueles que não detém poder decisório na relação emocional do casal, a começar pelos filhos e familiares. A situação se torna ainda mais grave, quando uma das partes, em sede de agressão, se utiliza dos filhos como meio de desaprazer, hostilizar ou até mesmo provocar o outro, seja pela não admissão da constituição de uma nova família, ou pelo mero capricho.

3.5. Alienação parental, um drama familiar

A família recebe proteção especial do Estado, tendo em vista que é consolidada como base da sociedade, pois é no seio familiar que o ser humano recebe os primeiros cuidados, as primeiras lições e as primeiras experiências afetivas. Sendo assim, qualquer violação no desenvolvimento da criança e do adolescente no âmbito familiar, poderá sofrer punição estatal.

O art. 226, §§7º e 8º, da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2019), asseguram a proteção da família na pessoa de cada um. A saber:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

§ 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

Esta proteção ganhou espaço ainda maior, com a entrada em vigor da Lei nº 12.318 de 2010, bem como do art. 699, do Código de Processo Civil, os quais dispõem acerca do instituto da alienação parental. Neste seguimento a alienação parental, nada mais é que uma interferência direta na formação psicológica do menor, seja criança ou adolescente. Esta interferência pode se dar por meio de um dos genitores, por avós ou por qualquer pessoa que detenha autoridade sobre a criança ou o adolescente, os quais têm por objetivo prejudicar o vínculo afetivo com o outro genitor.

Ainda de acordo com o §2º, e incisos, da Lei 12.318 (BRASIL, 2019), existem várias formas de alienação parental, entre outras que podem ser diagnosticadas por especialistas da psicologia, e declaradas pelo juiz. Tem-se, portanto, a desqualificação do genitor como mãe ou pai, a criação de obstáculos quanto a autoridade parental, bem como, quanto ao direito de convivência familiar, além mais, pode o alienador ocultar informações relevantes acerca da saúde, da educação da criança ou do adolescente, apresentar denúncias infundadas contra o genitor, ou familiares deste, e ainda mudar de endereço sem qualquer comunicação prévia, com o objetivo de dificultar a convivência familiar dos filhos com o outro genitor, ou com qualquer pessoa que tenha relação de parentesco.

A alienação parental, nos termos do art. 3º, da Lei nº 12.318/2010, acarreta sérias consequências ao desenvolvimento saudável dos filhos. A saber:

Art. 3º - A prática da alienação parental, fere direito fundamental da criança ou do adolescente de convivência familiar saudável, prejudica a realização de afeto nas relações com genitor e com o grupo familiar, constitui abuso moral contra a criança ou o adolescente e descumprimento dos deveres inerentes à autoridade parental ou decorrentes de tutela ou guarda. (BRASIL, 2019).

Para Maria Gorete Tavares (2016, p. 79), a indução ao rompimento do vínculo afetivo e familiar da criança ou adolescente, com o outro genitor, está diretamente ligada “à ruptura do relacionamento entre os genitores do menor e a um forte sentimento de vingança do alienador, que poderá ser um dos genitores, ou qualquer pessoa que tenha autoridade sobre a vítima”. Neste sentido desfia Caroline Ribas Sérgio (2019, p. 92), ao afirmar diante da “resistência por uma das partes em superar e aceitar a separação, geralmente se desencadeia um processo de destruição, de desmoralização e descrédito do ex-cônjuge”.

Vale frisar que a alienação parental é o distanciamento, da criança ou adolescente, da presença do genitor alienado, entretanto, segundo Carolina Ribas Sérgio (2019, p. 97), resiste um estágio ainda mais grave, decorrente deste afastamento, sendo conhecido como Síndrome da Alienação Parental, o qual pode gerar “sequelas emocionais”.

A síndrome da alienação parental (SPA), se divide em três estágios, desde o mais brando ao mais grave. No primeiro estágio o menor se sente confortável com relação as visitas do genitor, no entanto, quando há a troca de genitor, existe certa dificuldade, haja vista que a criança ou o adolescente objetivam garantir um vínculo mais profundo com “genitor alienador”. No segundo estágio, a criança ou o adolescente preferem permanecer com o genitor alienador, afinal o vínculo afetivo com este se consolida, enquanto o genitor alienado passa ser uma pessoa ruim. No terceiro e último estágio, o filho apresenta crises de ansiedade, quando se aproxima do período de estar com o genitor alienado, afinal, o alienador repassou para a criança ou o adolescente, todo o seu rancor, seu ódio, gerando uma cumplicidade entre ambos (SÉRGIO, 2019, p. 97).

Apesar de todo o contexto de sofrimento e medo apresentado pelo filho, é notável, tal qual, dispõe Barbara Heliodora de Avellar Eralta Brito (2011, p. 116), que a tristeza do menor “não impede o alienador de praticar atos reiterados de manipulação, com o único intuito de destruir seu ex-parceiro”. A autora ainda ressalta que estas práticas desqualificadas, decorrem não apenas do sentimento de vingança, mas também, de impotência, da aversão a perda de apoio financeiro além de “desequilíbrio emocional, desvios de comportamento, incapacidade de gratidão e baixa autoestima”.

Destarte, diante da SAP – síndrome da alienação parental – o filho é levado a se afastar, geralmente do genitor não guardião, a quem, em tese, lhe tem amor e por quem é amado, causando a destruição do vínculo afetivo entre ambos. Para tanto, o alienador busca o controle total sobre a situação, manipulando as referências afetivas do filho, distorcendo a realidade, imputando falsas ideias, de modo que o alienado pareça um alguém perigoso (COSTA, 2010, p. 56).

A motivação para a conduta do alienante pode ser ordem financeira, ou emocional, quando uma das partes não aceita a constituição de uma nova família pelo ex-cônjuge. E neste sentido ainda discorre Ana Surany Martins Costa (2010, p. 56), ao afirmar que:

Eis a vingança do alienador contra o ex-parceiro, sendo tal jogo patológico produzido de forma prazerosa, diluída, sutil e até mesmo mascarada, podendo ser comparado a um conta-gotas que, paulatinamente (o processo pode levar até anos), acaba por extirpar o afeto entre pai e filho, já que o alienador vai graduando o acesso ao menor alienado conforme o comando de seu cérebro doentio.

A alienação parental, segundo Ivan Leão (2017, p. 42), assim que comprovada, é passível de punição, conforme dispõe o art. 6º, da Lei nº 12.318/2010. A saber:

Art. 6º - Caracterizados atos típicos de alienação parental ou qualquer conduta que dificulte a convivência de criança ou adolescente com genitor, em ação autônoma ou incidental, o juiz poderá, cumulativamente ou não, sem prejuízo da decorrente responsabilidade civil ou criminal e da ampla utilização de instrumentos processuais aptos a inibir ou atenuar seus efeitos, segundo a gravidade do caso:

- I - declarar a ocorrência de alienação parental e advertir o alienador;
- II - ampliar o regime de convivência familiar em favor do genitor alienado;
- III - estipular multa ao alienador;
- IV - determinar acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial;
- V - determinar a alteração da guarda para guarda compartilhada ou sua inversão;
- VI - determinar a fixação cautelar do domicílio da criança ou adolescente;
- VII - declarar a suspensão da autoridade parental.

Parágrafo único. Caracterizado mudança abusiva de endereço, inviabilização ou obstrução à convivência familiar, o juiz também poderá inverter a obrigação de levar para ou retirar a criança ou adolescente da residência do genitor, por ocasião das alternâncias dos períodos de convivência familiar. (BRASIL, 2019).

Neste liame, o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2019), dispõe em seus arts. 17 e 18, que ambos devem ser protegidos de qualquer forma de abuso moral, sendo garantida a sua integridade física, psicológica bem como a segurança de sua imagem, valores, dignidade, estando estes a salvo de qualquer tratamento desumano.

A alienação parental, certamente, é o ápice do abuso moral, do desrespeito ao ser humano como pessoa. É inaceitável, que os filhos sejam utilizados como ferramentas de vingança, sem medir qualquer consequência por eles sofridas. O findar de um relacionamento, não significa o findar do amor dos filhos por seus pais, avós e os demais familiares. Por esta e outras razões o Estado pode e deve intervir, afim, de proteger crianças e adolescentes de sofrerem abusos de qualquer natureza, uma vez que esta prática afeta, diretamente, na formação da personalidade.

Os fatores que levam a alienação parental, nem sempre são aparentes nos processos que envolvem litígios familiares, na maioria dos casos o real fator está oculto nas entrelinhas das páginas processuais. Para tanto, o judiciário, carece de uma maior interdisciplinaridade, de modo que venha a se utilizar de profissionais capacitados para auxiliar na busca de um acordo consciente entre as partes, afinal, para que a resolução do conflito aconteça de fato, nas lides familiares em que há forte ressentimento, faz-se necessário reestabelecer o equilíbrio emocional dos litigantes, afim de que tenham consciência da importância de uma decisão saudável, que venha a propiciar maior satisfação pessoal, em relação a si e ao próximo.

4. A CONSTELAÇÃO FAMILIAR SISTÊMICA DE BERT HELLINGER E SUA APLICAÇÃO NO JUDICIÁRIO COMO MEIO ADEQUADO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS QUE ENVOLVEM DIREITO DE FAMÍLIA

Após um breve estudo acerca dos métodos adequados de solução de conflitos e, sobretudo das particularidades das lides que envolvem o Direito de família, percebe-se que aquelas embora possuam grande relevância ao judiciário, se mostram insuficientes quando as partes estão emocionalmente adoecidas. Portanto, se a lide judicial litigiosa é impulsionada pelo ressentimento incubado dos litigantes, a sentença judicial, resolverá tão somente o mérito da questão, sem cuidar dos reais fatores que levaram as partes a demandarem até as últimas consequências. Neste caso, a constelação familiar sistêmica, se propõe a ir além do litígio, devolvendo o equilíbrio emocional as partes, a fim de que estas, tomadas de consciência, possuam condições de chegar a um consenso por elas próprias.

4.1. Constelação familiar sistêmica e o método de Bert Hellinger

A constelação familiar sistêmica é um método terapêutico desenvolvido pelo alemão Bert Hellinger. Bert, nasceu na Alemanha no ano de 1925, formou-se em filosofia, teologia e pedagogia. Conviveu por 16 anos com os Zulus na África do Sul, como missionário de uma ordem religiosa católica. Nos anos 70, Bert sente a necessidade de deixar a ordem em busca de maior evolução interior, passando a se dedicar, inteiramente, ao estudo da psicoterapia. Destarte, diante da formação e vivência em vários campos como a psicanálise, a terapia primal, a terapia transacional, a terapia familiar e a hipnose, Bert desenvolve um método único, a constelação familiar sistêmica (PINHEIRO, 2017).

Para um melhor entendimento acerca do método psicoterapêutico desenvolvido por Bert, é importante entender o conceito de sistema. O corpo humano, possui membros e órgãos, que fazem parte de sua estrutura de funcionamento, cada qual com sua importância, sendo assim, quando um destes órgãos ou membros deixa de funcionar corretamente, ocorre um desequilíbrio em todo o sistema. Pois bem, a família também se constitui como um sistema. Ao nascer, o ser humano herda, além da genética, toda uma carga histórica de sentimentos, de comportamentos, de crenças e de costumes. Para complementar, Bert explica que além do inconsciente coletivo e do inconsciente individual, existe um inconsciente familiar, o qual atua em cada indivíduo do sistema (PINHEIRO, 2017).

A representação familiar é o reflexo de uma formação psíquica, na maioria das vezes inconsciente, a qual é transmitida entre gerações. Esta transmissão geracional, se dá de duas formas, conforme coloca Mauro Pioli Rehbein e Daniela Scheinkman Chatelard (2013):

A transmissão geracional tem duas modalidades – a intergeracional, transmitida pela geração mais próxima, pelos pais, na qual o material pode ser transformado e metabolizado, ou ainda comprometido e transmitido à próxima geração; e a transgeracional, em que o material psíquico da herança genealógica é inconsciente e não simbolizado, não é integrado no psíquico, este apresenta lacunas, elementos foracuídos, encriptados, e é transmitido por várias gerações.

Mauro Pioli Rehbein e Daniela Scheinkman Chatelard (2013) colocam ainda, que quando os traumas estão ligados a abortos, crimes, mortes, violências, bem como rupturas, o ser humano tende a se defender por meio da denegação, da clivagem ou de projeções, as quais são responsáveis pela formação dos “segredos de família”. Entretanto, quando a herança psicológica não é aceita ou ressignificada pela família, formam-se lacunas entre as gerações, as quais vão sendo mantidas por meio de segredos, de proibições, de ressentimentos, com o intuito de esquecer o fato gerador de tal desconforto familiar, vindo a provocar novas rupturas (REHBEIN; SCHEINKMAN; 2013).

A constelação familiar sistêmica é uma ferramenta, “uma técnica voltada para a prática e os fenômenos em si”, mas também pode ser considerada uma filosofia de vida. Sua vivência é breve, porém transformadora, diferentemente dos tradicionais modelos de terapia, que em tese são longos, afinal a constelação cuida das realidades que podem ser percebidas por meio da representação de pessoas, sejam da família ou outros sistemas a que se pertence como trabalho e amigos (DUARTE, 2016).

Sendo assim, têm-se que a abordagem das constelações familiares é sistêmica, uma vez que o ser humano não vive sozinho mas em sistemas, é fenomenológica, pois estuda os fenômenos decorrentes do comportamento relacional entre os indivíduos e, por fim, possui como base a teoria dos campos morfogenéticos.

Para um melhor entendimento acerca das constelações familiares, é importante conhecer o verdadeiro significado do termo alemão *Familienaufstellung*, afinal, a tradução correta seria Representação Familiar, ou Colocação Familiar (OLIVEIRA; OLIVEIRA JÚNIOR. 2016, p. 14).

Para tanto discorre Alice Duarte [2016], ao enfatizar que:

O termo em alemão *Familienaufstellung*, que numa tradução literal seria “colocação familiar”, remete à representação de membros de um sistema, mostrando as suas relações através da configuração espacial destes elementos. Uma curiosidade: no

Brasil, adotou-se o termo “constelação familiar”, pois o primeiro livro em português de Bert Hellinger foi traduzido a partir da versão em inglês, que por sua vez traduziu o verbo *stellung* em alemão para *constellate* (agrupar numa dada posição).

A representação familiar, objetiva a libertação dos emaranhamentos decorrentes de exclusões ocorridas no sistema familiar, seja pela proibição ou pela denegação de fatos ocorridos e mantidos entre gerações, por meio de segredos ou de ressentimentos, visando sobretudo o equilíbrio do sistema. Afinal, quando o indivíduo toma ciência do obstáculo que está interrompendo o seu fluxo de vida, seja no trabalho, no relacionamento ou em outros campos do viver, ele está capacitado para transformar aquela situação que tanto lhe causa desconforto. A constelação promove o autoconhecimento, tornando visível aquilo que estava oculto.

Ana Lucia de Abreu Braga (2009, p. 276), traz que a constelação familiar sistêmica é “um trabalho que busca na família a origem de dificuldades, bloqueios, padrões comportamentais que trazem sofrimentos desenvolvidos pelas pessoas ao longo da vida”. Em poucas palavras, o método desenvolvido por Bert Hellinger, tem como objetivo trazer a luz, aquilo que estava oculto, adentrando no inconsciente familiar.

Bert Hellinger, faleceu em 19 de setembro de 2019, aos 94 anos de idade, deixando um legado de grande importância para as pessoas, afinal, seus estudos são ricos, e seu método é uma potência transformadora.

4.2. As ordens do amor, como pilares de sustentação do sistema familiar

Ao longo de seus estudos e suas vivências, Bert chegou a conclusão de que o amor se encontra por trás de todos os atos e sintomas humanos. E que ao encontrar, por meio da terapia, o ponto onde se concentra este amor, chegar-se-á a raiz da desordem, onde também se encontra a via para a solução (HELLINGER. 2007, p. 407).

Para tanto, o autor ainda complementa dizendo que “a alma da criança não tolera nenhuma depreciação dos pais. Só quando vi isso é que tomei plena consciência da dimensão desse amor. Por isso, procuro sempre e antes de tudo pelo amor e oponho-me a tudo que o coloque em risco” (HELLINGER, 2007, p. 407).

No entanto, Bert Hellinger (2007. p. 36) alerta expondo que “o amor é uma parte da ordem. A ordem precede o amor, e este só pode desenvolver-se dentro dela. A ordem preexiste. Quando inverte essa relação e pretendo mudar a ordem através do amor, estou

condenado a fracassar. Isso não funciona”. Ou seja, o amor sem ordem não prospera, não cria raízes, é raso.

Deste modo, significa dizer que a desobediência em relação a princípios imprescindíveis para a manutenção da ordem, podem ocasionar sérias consequências, até que se chegue a uma solução ou a um porvir catastrófico. Para tanto, é fundamental considerar três leis ou ordens que regem o sistema familiar (CÉSPEDES. 2017. p. 17).

A primeira lei sistêmica descrita por Bert Hellinger, é o pertencimento, o qual assevera que todo o indivíduo pertence a um sistema familiar, tendo em vista que possui um pai, uma mãe e toda uma ancestralidade. Eis um fato inegável, o qual independe da situação em que se encontram os membros de determinado sistema.

Para tal, exterioriza Janaina Vall (2015, p. 09) ao afirmar que:

A primeira ordem, de pertencimento, diz respeito ao fato de que, não importa o que uma pessoa faça, ela continuará tendo o direito de pertencer ao sistema familiar. Não significa que esteja isenta de punições morais e legais, mas simplesmente ela continuará com o mesmo direito de pertencer à família, à sociedade, ao mundo, independente de estar livre ou recluso ou de estar presente fisicamente na família atual ou não.

Desta forma, todos os membros pertencentes ao sistema familiar devem ser incluídos. Tendo em vista que sua exclusão transgride uma das ordens do amor, que é o direito de pertencer a um sistema familiar. Entre os excluídos, em geral, estão aqueles que cometeram crimes, os que abandonaram e prejudicaram a família, os que romperam vínculos afetivos, mas também aqueles que não puderam ficar, em consequência de morte precoce ou aborto. Assim sendo, quando por qualquer destes motivos, alguém é excluído do sistema familiar, uma lacuna se forma em sua estrutura, e mais a frente, o membro renegado será representado por outra pessoa do sistema familiar, dando origem aos emaranhamentos, ou seja, repetições inconscientes de comportamentos.

Quando a família, por qualquer destes motivos, não processa os acontecimentos de forma correta, isto é, não aceita determinada situação como ela se apresenta, e aqui cabe frisar que não é um aceite em concordância ao fato ocorrido, mas um aceite que compreende que por mais que aquela situação possa doer, aquele membro sempre será parte do seu sistema família.

A segunda ordem do amor é a hierarquia, ou seja o lugar que você ocupa dentro do sistema familiar. Determinadas pessoas e situações, como o primeiro filho ou o primeiro casamento tem precedência sobre os demais. Esta precedência, não significa, que o outro seja menos importante ou menos amado, podendo ser, até mais. Trata-se tão somente de

compreender que aquele que veio antes, preparou o chão para que o outro chegasse. Portanto, merece ser reconhecido e respeitado.

Neste seguimento, o desenvolvedor das constelações familiares, Bert Hellinger (2007. p. 36), coloca que:

Existe uma hierarquia baseada no momento em que se começa a pertencer a um sistema: esta é a ordem de origem, que se orienta pela sequência cronológica do ingresso no sistema. [...] O ser é definido pelo tempo e, através dele recebe seu posicionamento. O ser é estruturado pelo tempo. Quem entrou primeiro num sistema tem precedência sobre quem entrou depois. Da mesma forma, aquilo que existiu primeiro num sistema tem precedência sobre o que veio depois. Por esta razão, o primogênito tem precedência sobre o segundo filho e a relação conjugal tem precedência sobre a paternidade e a maternidade. Isso vale dentro de um sistema.

Nesta perspectiva, os mais velhos, bem como toda a ancestralidade deve ser respeitada, haja vista, que foi através deles que a família se constituiu efetivamente. Destarte, mesmo que os primeiros a chegarem tiverem falhado gravemente, ainda assim, possuem precedência sobre os demais. Logo, a sua exclusão do sistema familiar poderá comprometer seriamente a dinâmica de toda a família (VALL. 2015, p. 09).

Assim sendo, reverenciar e honrar quem chegou antes, é uma forma de ser grato pela própria existência, sem excluir aqueles que de alguma forma promoveram para a atual situação. Afinal, a nova relação conjugal não seria possível sem o término da outra, e o filho não teria vindo ao mundo, senão pela relação íntima entre o pai e a mãe.

Na terceira ordem do amor, ou lei do sistêmica, tem-se o equilíbrio entre o dar e o receber. Segundo Celma Nunes Villa Verde e Flavia Nunes Villa Verde [2017], os seres humanos são seres sociais e dependem da ajuda um do outro, como elemento essencial de sobrevivência. Ocorre, que esta benesse é um processo de reciprocidade, haja vista, que urge pela necessidade de compensação. Afinal, quem toma algo, também deseja retribuir. No entanto, quando a relação for entre pais e filhos, estes nunca poderão retribuir na mesma proporção aquilo que receberam daqueles, tendo em vista, que a vida é um bem único. Sendo assim, quando a relação é de igual para igual, não se dispensa a reciprocidade. Porém, nas relações entre pais e filhos, ou entre indivíduos superiores e pessoas com necessidades, o equilíbrio se encontra no desnível.

José Roberto Marques (2016), acrescenta que na família, quando a ordem entre o dar e o receber são invertidas, uma vez que o filho decide sofrer no lugar do pai ou da mãe, como meio de carregar suas dores, poupando-lhes dos dissabores, esta modificação poderá trazer sérias consequências físicas e emocionais a vida dos filhos.

Assim também, ocorre não relações entre casais, conforme expõe o autor:

No relacionamento entre um casal, também pode haver desequilíbrio no momento em que um dos parceiros se sente superior ao outro, preferindo todo o seu amor e, sem perceber, se recusando a receber. Ao longo do tempo, a maturidade vai ruindo por causa da dependência afetiva e emocional, em seu lugar, encontramos um parceiro infantilizado. O interesse pela relação diminui e ocorre a busca por novas distrações e vícios que, a princípio, deverão preencher o vazio que um dos parceiros sente, ou ainda, há a possibilidade de adoecimento pela impossibilidade de retribuir o muito que recebeu (MARQUES, 2016).

Assim sendo, quando ocorre uma transgressão acerca da referida lei sistêmica, dar e receber, o sistema familiar entra em desequilíbrio, e por conseguinte, o sofrimento causado por este movimento, anseia por reequilíbrio. Tendo em vista que ao receber mais do que pode dar, o indivíduo, inconscientemente, vai se sentir endividando em relação ao outro. Até chegar ao ponto de não ter condições de saldar sua dívida. O relacionamento se torna pesado, ao ponto de levá-lo a se sentir inferior dentro da relação afetiva.

Portanto, embora o amor esteja por trás das atitudes e sintomas humanos, sejam eles positivos ou negativos, o equilíbrio do sistema familiar depende, primeiramente, da obediência às ordens do amor ou leis sistêmicas. Além mais, ante o fato de que o ser humano vem de uma construção familiar, carregado de crenças, de valores e de costumes, fica nítido observar o porquê da repetição de alguns comportamentos, ainda que estes movimentos sejam inconscientes.

4.3. Vivência, o modelo de Bert Hellinger na prática

O ser humano é dotado de razão e de inteligência emocional. Ocorre que nem todas as suas atitudes são conscientes, afinal não é raro se deparar com questões que colocam o indivíduo em uma zona de confusão mental, levando-o ao desconhecimento dos porquês de determinadas situações estarem acontecendo em sua vida. Estes episódios podem estar ligados a fatos ocorridos em um passado recente, bem como a acontecimentos relacionados a um passado remoto, os quais vem se repetindo ao longo dos anos, provocando lacunas no sistema familiar. Ao identificar tais lacunas, o indivíduo toma consciência daquilo que precisa ser olhado com mais amor e, conseqüentemente, detém capacidade para mudar o curso da história.

Neste seguimento, Janaina Vall (2015, p. 06) coloca, que por meio do convívio social, cada indivíduo cria a seu redor um campo onde externa sua energia, a qual “direciona suas atitudes. Durante uma constelação familiar é justamente esta energia que se manifesta e os resultados serão sempre únicos e as opções de resolução de conflitos infinitas”.

A dinâmica de Bert Hellinger é uma terapia breve, e ainda que uma vivência demore horas, sempre será única, entretanto, tudo dependerá da condução do constelador e da questão colocada. Muitas vezes a questão posta envolve acontecimentos relacionados a outros membros da estrutura familiar do paciente, e podem variar desde a mortes precoces, suicídios, abortos, violência de ordem sexual ou doméstica, bem como segredos de família, afinal estes episódios tendem a influir no futuro dos envolvidos (VALL. 2015, p. 06).

A aplicação da constelação familiar sistêmica se dá por meio de esculturas familiares. Para tanto, são duas as formas mais comuns de estruturação ou representação do sistema familiar, quais seriam o emprego de bonecos, e as dinâmicas de grupo.

A técnica com bonecos fora desenvolvida pelo casal alemão Jakob Schneider e Sieglinde Schneider, para trabalhar o método de Bert, individualmente, tendo em vista a existência de assuntos extremamente pessoais que dificultam a vivência coletiva (BASSOI, 2016, p. 92). Diante disto, esta técnica se mostra adequada para que o paciente possa introduzir seus problemas pessoais, trabalhando-os de maneira isolada, sem que se tenha o envolvimento de terceiros.

A dinâmica com bonecos se dá após um diálogo entre o constelador e o paciente. Este trará a questão que lhe causa angústia ou sofrimento, de modo a compreender onde se concentra o ponto que desencadeou tal reação. Então, o paciente escolherá um dos pequenos bonecos para lhe representar no campo de constelação, e o colocará na posição em que achar melhor. Os demais bonecos a serem introduzidos na representação familiar dependerá da circunstância trazida pelo constelado, sendo assim, se este diz ter dificuldades em relação a avó, e não entende o que acontece, a figura da avó será colocada no campo, e assim, caberá ao constelador fazer questionamentos, a fim de compreender quais as sensações que o paciente apresentará em relação aos movimentos dos membros da sua estrutura familiar. Destarte, cabe frisar que outros objetos podem ser colocados no campo, os quais podem vir a representar sentimentos como medo, locais, e até mesmo segredos de família.

Alguns movimentos trarão desconforto ou alívio ao paciente, como por exemplo, a aproximação de membros do sistema, ou o seu afastamento. É por meio destas sensações que o constelador guiará a vivência, até que todos os representantes estejam em seus devidos lugares, momento em que o paciente apresentará sensações de alívio e paz. Sendo assim, os bonecos servem para representar aquilo que de fato já está acontecendo, mas ainda não pode ser visualizado pelo paciente. Embora, a prática das constelações com bonecos seja muito utilizada em constelações individuais, outros meios como os desenhos, podem vir a ser empregados em vivências com crianças, por exemplo.

Entretanto, a prática mais comum e especialmente escolhida por Bert Hellinger, é a terapia em grupo, o qual encontra fundamento no psicodrama. Mariana Kawazoe (2018) explica que “o psicodrama é baseado em dramatizações, as pessoas contam histórias e, a partir destas histórias chamam pessoas da plateia, quando é em um grupo, e essas pessoas representam papéis da vida da pessoa que está contando sua história, trazendo sua história”.

Quando as pessoas são inseridas neste campo informacional, vão captando, recebendo informações, e por meio de impulsos vão se movimentando no campo. E é, exatamente, por isso que a constelação é um processo empírico fenomenológico, pois foram esses fenômenos que Bert Hellinger observou e estruturou mais tarde, como sendo as ordens ou leis do amor, a ponto de dizer inclusive que “as vezes o fenômeno beira o sobrenatural” (BISSACO, 2018).

Na dinâmica com pessoas, um grupo se forma a beira do campo criado pelo facilitador da oficina, ou vivência, e antes que a constelação se inicie, o paciente dialoga, particularmente, com o constelador, acerca do tema a ser vivenciado por aquela coletividade de pessoas, em seguida é promovido um momento de meditação, de silêncio, a fim de que os participantes se esvaziem de todas as formas de julgamento, e estejam prontos para viver algo de extrema importância para o paciente.

Ao iniciar a dinâmica, o constelado/paciente, escolhe alguém do grupo para lhe representar. Este alguém se posicionará em um dos pontos do campo, no qual sentirá certa segurança. Em seguida, o facilitador, colocará outros representantes como pai, mãe, assim como a figura do medo, dos segredos de família, locais de trabalho e, também, objetos que simbolizam culpas ou ressentimento, quando isso acontece, o campo começa a se movimentar por meio da energia que emana dos corpos dos representantes. E é muito importante frisar que embora possa parecer uma apresentação teatral, os participantes desconhecem a história de vida do paciente, uma vez que não pode haver qualquer tipo de influência externa, ou seja, os familiares ou amigos próximos não devem representar.

Questiona-se muito, acerca da força que move cada representante em um campo de constelação. Essa energia que arrepia, que faz suar, que acelera o coração, que promove sensações de pânico, de desespero, de choro, de posse, do medo da perda, do apego a determinadas pessoas, objetos e situações, bem como as sensações de conforto, amparo, amor, alívio e paz. Segundo (INSTITUTO IPÊ ROXO, 2016):

É comum para novos clientes da Constelação Sistêmica de Bert Hellinger a confusão de entender do que se trata essa ferramenta. Se confunde com algo místico ou mágico, mas ao pesquisar sobre as constelações, essas ideias caem por terra e aos

poucos a compreensão real aparece: o conceito dos campos sistêmicos é comprovado pelas ciências e pelas pesquisas atuais.

Isso tudo, segundo Juliana Isliker (2019), está intimamente ligado ao acesso dos campos morfogenéticos de Rupert Sheldrake. Este acesso só pode ocorrer quando o indivíduo encontra o seu centro, o seu momento presente, desprendido de qualquer situação exterior a aquele momento, deste modo ele olha para o outro representante com maior respeito e, sem qualquer julgamento, consegue enxergá-lo, como se dissesse “eu te vejo”, “sinto sua dor”. Estes movimentos só acontecem porque não se concentram no campo da razão, são intuitivos, mais que isto, supramentais.

Ainda de acordo com o Instituto Ipê Roxo (2016) nesses campos,

toda a memória de nossa rede familiar está contida e ela age sobre os que fazem parte dela. Dessa forma, acontecimentos de outras épocas podem influenciar nossa vida hoje. Assim como temos nosso próprio inconsciente, nosso sistema familiar possui o campo mórfico, que possui informações que atravessam a vida de todos aqueles que pertencem. A constelação é uma forma de olhar para essas informações, saber o que está agindo e buscar uma solução.

A prática em grupo, certamente, é uma das mais tocantes, provocando resultados incríveis, pois os representantes, ao sentirem vontade de abraçar, abraçam, ao sentirem vontade de chorar, choram, como se fossem eles próprios os membros da família representada. Deste modo, difere da terapia com bonecos, por meio da qual todas as sensações são percebidas pelo paciente, e os movimentos no campo dependerão destes fenômenos. Destarte, vale frisar que nenhuma colocação acerca da prática das constelações familiares, substituem a participação de quem deseja conhecer este método, afinal, se trata de uma terapia fenomenológica de difícil reprodução textual.

4.4. Direito Sistêmico e a humanização da justiça

Certamente, Bert Hellinger, não imaginou até onde se expandiria seu método de constelações familiares, o qual até então era aplicado por terapeutas em consultórios, individualmente, ou em grupos, com o objetivo de identificar a origem de determinados conflitos pessoais. Foi para este fim que Sami Storch buscou a terapia pela primeira vez. E após participar de um grupo de constelação, percebeu a potência transformadora do modelo de Bert Hellinger, e logo sentiu a necessidade de utilizar o método no Judiciário, passando então a se dedicar pelo estudo das constelações familiares, por meio de cursos, inclusive com o próprio desenvolvedor do método (PIMONT, 2018).

Sami Storch, hoje, é Juiz, na Comarca de Itabuna, no Estado da Bahia. Conheceu as constelações quando ainda advogava, e a utilizou como um novo olhar acerca dos conflitos que lhe eram trazidos. Ao passar no concurso da magistratura e se tornar Juiz, Sami iniciou o trabalho de constelações nas audiências em que atuava, utilizando a técnica de forma leve, com pequenos exercícios de visualização e de meditação, com o intuito de encorajar as partes a se olharem profundamente. Mais tarde, elaborou um projeto, levando a técnica ao conhecimento do Tribunal, por meio do qual obteve autorização para promover uma palestra vivencial. Neste mutirão foram trazidas pessoas de 70 processos diferentes, porém todos da área de família. Os resultados obtidos foram impressionantes, haja vista, que para os casos em que participaram as duas partes, houve 100% de acordos, e após um acompanhamento, observou-se que nenhum destes casos voltaram a ser discutidos no Judiciário (PIMONT, 2018).

Ainda segundo Paulo Pimont (2018), o direito sistêmico, hoje “é um olhar para o direito, sobre a ótica das leis superiores ou ordens do amor de Bert Hellinger. [...] é um olhar para o direito, para os conflitos que chegam ao Judiciário”. E foi deste modo que a constelação familiar sistêmica passou a ser aplicada em processos judiciais de várias áreas do direito, ainda que sua maior incidência seja na área de família.

Não é novidade que os tribunais estejam sobrecarregados de processos, seja pela facilitação do acesso à justiça, ou pela tecnologia da informação cada vez mais difundida e mais próxima das pessoas, motivação que leva o Judiciário a uma lentidão desoladora. Para tanto, meios adequados estão sendo cada vez mais utilizados, entre eles estão a conciliação e a mediação. No entanto, ainda que estes meios possuem grande relevância jurídica na solução de litígios, não têm se mostrado suficientes em casos mais complexos, nos quais há a presença de forte ressentimento entre as partes, as quais buscam na lide uma satisfação pessoal.

Nestes casos uma sentença judicial resolve a lide, mas não resolve o conflito, não traz a pacificação, a satisfação pessoal, fazendo com que estas partes logo retornem ao judiciário com novas demandas. Afinal, não existe diálogo, não existe olho no olho, não existe respeito, não existe preocupação com o outro, existe somente um desejo de satisfação pessoal, o que não ocorre, uma vez que a verdadeira motivação está oculta no processo judicial em si.

Sami Storch (2017), em entrevista a uma rede de televisão, confessou uma antiga frustração ao dizer que “tinha a sensação de estar enxugando gelo, as pessoas não ficavam satisfeitas com a solução da justiça, o conflito entre elas continuava, e era uma questão de tempo para ter um novo processo para rediscutir a questão”. Na mesma oportunidade o

desembargador do Estado do Rio de Janeiro, Cesar Cury (2017), enfatizou a questão de que o magistrado “aprendeu na faculdade o que é a briga, o conflito, o confronto, ele conhece processo, ele não foi treinado para conciliar, para mediar, para restabelecer o diálogo, para entender o que as pessoas sentem, para permitir que as pessoas se manifestem, emoções, sentimentos, angústias”.

Nas lides que envolvem divórcio, disputa de guarda e alimentos, existe uma certa resistência das partes quanto a possibilidade de um acordo, conforme coloca Sami Storch (2016):

Em audiências nas ações de divórcio, alimentos e disputa pela guarda dos filhos, logo ao perceber a existência de uma forte animosidade e resistência para a realização de um acordo entre as partes, que frequentemente já chegam manifestando mágoa e raiva, não permito que qualquer das partes fale muito, especialmente no sentido de se queixarem ou ataquem mutuamente, para não alimentarem o conflito e a necessidade de resposta no mesmo tom.

Ao conduzir uma audiência Sami se utiliza de “frases sistêmicas”, procurando acalmar as partes, lembrando-as do que as trouxe aquela situação. Para tanto, fala sobre o início das relações em geral, dos momentos bons que provavelmente viveram juntos, da dor da separação, dos filhos, e principalmente da importância de preservá-los do conflito. E neste momento, geralmente, as partes já estão emocionadas (STORCH, 2016). Ainda segundo o autor estes métodos têm ajudado na mediação de conflitos familiares, pois as partes tendem a ficar menos resistentes a um acordo, comprovando a importância de levar ao judiciário os ensinamentos de Bert Hellinger.

Para a utilização deste método em audiências basta que o magistrado, o conciliador, ou o mediador busquem o conhecimento, por meio de cursos e formações em Direito Sistêmico, a fim de compreender o que é o modelo de Bert Hellinger, e então por meio de “frases sistêmicas”, conduzir a audiência de forma mais humanizada. Entretanto, a aplicação da constelação em vivências ou oficinas, exige profissionais capacitados para conduzir os movimentos.

Estas oficinas têm ocorrido antes da audiência de mediação ou conciliação, como meio de restabelecer o equilíbrio emocional das partes, devolvendo a consciência necessária para uma tomada de decisão consciente. Ao trazer à luz aquilo que está oculto, é possível chegar a um acordo que beneficie a todos, tendo em vista, que as partes passam a se olhar com mais respeito, em um ato de amor a todo o sistema familiar.

O objetivo das constelações familiares no Judiciário é a busca de uma justiça mais humanizada, mais preocupada com o ser humano, que possa solucionar não somente o

impasse judicial, mas sanar os conflitos internos de cada parte, de modo que se restabeleça o equilíbrio emocional, e a consciência necessária para que os litigantes tenham capacidade de encontrar, por si só, a solução para a controvérsia. Afinal, somente uma decisão consciente trará satisfação às partes e, conseqüentemente, evitará novas demandas judiciais.

Para tanto, Cristiane Pan Nys, Lisandra dos Passos e Cândice C. Schmidt, (2017, p. 07), exemplificam:

De fato, o objetivo de desvelar a gênese da conflituosidade possibilita a prevenção de que uma nova roupagem jurídica seja a ele atribuída, com reingresso de demandas judiciais, como ocorre, por exemplo, nas formas de compensação por um pai que não consegue transmitir o amor que a filha espera dele receber, culminando com ação de alimentos e, após, no ajuizamento da respectiva ação de execução de alimentos e, por fim, em outras diversas ações que buscam compensar esse amor não recebido, como ações indenizatórias, litígios envolvendo bens, etc. Conseguir colocar luz na causa do conflito, visto de forma social ou holística, possibilita aos envolvidos uma autodeterminação – daí, inclusive, o caráter autocompositivo da utilização da constelação familiar como técnica de solução de conflito –, sob outras formas ou matizes, possibilitando um entendimento de que o litígio judicial, muitas vezes, não suprirá aquilo que verdadeiramente se busca por meio da demanda judicial. Em outras palavras: a utilização das constelações familiares no âmbito judiciário possibilita desvelar determinadas angústias profundas que correspondem à verdadeira genealogia de conflitos que aportam ao Judiciário, atuando, assim, não apenas como mecanismo de resolução ou solução consensual, mas também, vale frisar, de prevenção da litigiosidade.

Deste modo, as consequências da aplicação de uma constelação familiar sistêmica no âmbito do Judiciário, trazem resultados para além da lide processual, pois não se trata de algo momentâneo, uma vez que todos os envolvidos, sejam representantes, advogados, familiares saem de uma vivência com uma nova visão, inclusive das suas próprias. Estes resultados só provam o aspecto humanizador desta prática no Judiciário.

Neste sentido, Cristiane Pan Nys, Lisandra dos Passos e Cândice C. Schmidt (2017, p. 08), ainda colocam que:

[...] para além da perspectiva de gestão judicial estritamente relacionada à efetividade processual, a implementação das constelações familiares, no âmbito do Judiciário, viabiliza uma abordagem diferenciada dos conflitos familiares, levando em consideração as particularidades próprias dos litígios que estão intrinsecamente relacionados aos conflitos emocionais das pessoas, o que, em última instância, possibilita a humanização da Justiça e o desempenho do papel social do magistrado, como agente de transformação social.

O que se pode concluir é que se Bert Hellinger deixou um legado de ensinamentos poderosíssimos para a humanidade, Sami Storch, como pioneiro mundial da aplicação do modelo das constelações familiares no Judiciário, não só humanizou a justiça, trazendo a

pacificação social, como também demonstrou, que como magistrado, ele detém o poder de fazer a diferença.

4.5. A constelação familiar sistêmica como um método adequado de resolução de conflitos e sua expansão no Judiciário brasileiro

A aplicação da constelação familiar sistêmica de Bert Hellinger no Judiciário, encontra amparo no Preâmbulo da Constituição Federal de 1988, o qual se compromete “com a solução pacífica das controvérsias”, bem como na resolução 125/10, do Conselho Nacional de Justiça, o qual dispõe em seu art. 1º, § único que:

Art. 1º Fica instituída a Política Judiciária Nacional de tratamento dos conflitos de interesses, tendente a assegurar a todos o direito à solução dos conflitos por meios adequados à sua natureza e peculiaridade.

Parágrafo único. Aos órgãos judiciários incumbe, nos termos do art. 334 do Novo Código de Processo Civil combinado com o art. 27 da Lei de Mediação, antes da solução adjudicada mediante sentença, oferecer outros mecanismos de soluções de controvérsias, em especial os chamados meios consensuais, como a mediação e a conciliação, bem assim prestar atendimento e orientação ao cidadão. (BRASIL, 2019).

Destarte, o art. 3º, §§ 2º e 3º, do Código de Processo Civil (BRASIL, 2019), preceitua que “o Estado promoverá sempre que possível, a solução consensual dos conflitos”, bem como “a conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial”.

Também, o art. 694, do Código Processo Civil (BRASIL, 2019), dispõe acerca da aplicação dos meios consensuais de conflitos nas varas de família, reforçando que “todos os esforços serão empreendidos para a solução consensual da controvérsia, devendo o juiz dispor do auxílio de profissionais de outras áreas de conhecimento para a mediação e conciliação”.

Desde a Lei 7.244 de 1984, já se previa a solução de controvérsias, como meio de tornar o processo mais célere. Com advento da Lei 9.099 de 1995 (BRASIL, 2019), ficou instituído no art. 2º, que “o processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação e a transação”.

Diante de todo o aparato legislativo, ante a preocupação com a morosidade processual, percebe-se que o Estado prima pela solução consensual dos litígios, como meio de tornar o processo mais célere. Para tanto, criou-se todo um sistema, a fim de demonstrar a

necessidade de meios consensuais adequados para promover a solução pacífica dos conflitos. Destarte, a legislação abre um leque de possibilidades ao dizer que outros métodos consensuais, além da mediação e da conciliação, não só podem, como devem ser estimulados por todos aqueles que compreendem o Judiciário.

Sendo assim, a constelação familiar sistêmica, mais que recepcionada, deve ser estimulada pelo Judiciário. Entretanto, por se tratar de um método terapêutico, e necessitar de um lapso temporal de maturação após a vivência, para que as partes repensem cada movimento vivido, para que as partes se voltem para dentro de si, tomando consciência de que a briga não precisa continuar, e assim chegarem na audiência de conciliação ou mediação dispostos a transigirem em prol do bem comum, mostra que esta técnica, tão bem recepcionada pelo Judiciário, serve para auxiliar, reforçando a aplicação dos métodos consensuais de resolução de litígios.

Neste sentido dispõe Adele Speck Réndon Céspedes (2017. p. 34-35):

A utilização e maturação de recursos internos dos sujeitos expostos aos procedimentos autocompositivos por si só já são um grande desafio à sociedade brasileira, uma vez que o modelo jurídico litigioso requereu por muito tempo uma postura correspondente das partes em conflito de interesse. Somada essa compreensão ao conhecimento trazido pela ciência Hellinger, que cada sujeito além de ser constituído por sua perceptível consciência pessoal faz parte de uma consciência sistêmica que opera oculta e arbitrariamente, percebe-se o quanto os procedimentos consensuais ganham força com a introdução da abordagem sistêmica e das constelações familiares como instrumento auxiliar da justiça. Não se confundindo com um meio de resolução de conflitos, como a conciliação e a mediação, mas sim como uma ferramenta para o êxito desses procedimentos consensuais [...].

No entanto, é fato, que a aplicação da constelação familiar no âmbito do Judiciário, têm apresentado resultados, extremamente, satisfatórios. Uma vez que a mediação e conciliação por si só, ainda encontram muitos obstáculos. Linha esta, defendida pelo Conselho Nacional de Justiça (2018), o qual dispõe que a aplicação do método de Bert Hellinger na Justiça tem a intenção de:

esclarecer as partes sobre o que há por trás do conflito que gerou o processo judicial e abrir caminhos para a pacificação social. Os conflitos levados para uma sessão de Constelação, em geral, versam sobre questões familiares, como violência doméstica, endividamento, guarda de filhos, divórcios litigiosos, inventário, adoção e abandono. A medida está alinhada à Resolução CNJ n. 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), destinada a estimular práticas que proporcionam **tratamento adequado dos conflitos**, assim como ao novo Código de Processo Civil, que estimula medidas que promovam o apaziguamento entre opostos. (grifo meu).

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (2018), a técnica do alemão Bert Hellinger, desde a primeira aplicação ao Judiciário pelo juiz Sami Storch, expandiu-se rapidamente, sendo utilizada por 16 Estados e o Distrito Federal.

Em 2016, em sede de experiência, 300 casos envolvendo divórcio, discussão e alimentos, foram escolhidos por servidores da Justiça do Rio de Janeiro, sendo os representantes legais convidados a participar das vivências, as quais seriam promovidas pela equipe multidisciplinar da Associação de Práxis Sistêmica. Após a constelação, o índice de aprovação da técnica chegou a 80%, e 86% das audiências promovidas após a aplicação do método resultaram em acordos. O cumprimento destes acordos, ainda estão em estudo. (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2017).

No dia 28 de Novembro de 2018, Juízes Federais participaram de um curso de capacitação em organização sistêmica. O objetivo foi levar ao conhecimento dos magistrados os conceitos e a filosofia da constelação familiar sistêmica, principalmente, àqueles que já atuam com métodos consensuais de solução de conflitos (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2018).

Em Santa Catarina, a juíza Vania Petertman do Fórum do Norte da Ilha, em Florianópolis, com o auxílio do constelador Paulo Pimont, desenvolveram oficinas denominadas “Conversas de família”, por meio das quais se constroem caminhos para que as partes encontrem a melhor solução para seus conflitos. Ademais, em Balneário Camboriú/SC, foi implantado o projeto “justiça sistêmica: vínculos de amor”, nos exatos moldes do Juiz Sami Storch, e as oficinas ocorrem quinzenalmente. E, ainda, em Tubarão/SC, o Cejusc, coordenado pela Juíza Miriam Regina Garcia Cavalcanti, com auxílio de Sérgio Henrique Marcelino, o qual foi aluno de Paulo Pimont no Instituto Ipê Roxo, utilizam os ensinamentos de Bert Hellinger para auxiliar nas audiências de mediação e constelação (INSTITUTO IPÊ ROXO, 2018).

As constelações familiares sistêmicas estão se expandindo para vários campos do direito, para vários Estados do Brasil e cidades catarinenses, haja vista, a eficácia da aplicação do modelo de Bert Hellinger e das leis sistêmicas. Sendo assim, mais do que um método consensual de solução de conflitos, a constelação pode promover a cura das partes e a pacificação de todos os envolvidos.

5. CONCLUSÃO

Conforme foi abordado neste trabalho acadêmico, o método de constelação familiar sistêmica, como técnica terapêutica introduzida ao Judiciário, tem colaborado efetivamente para a resolução de conflitos, especialmente nos litígios de ordem familiar, haja vista, a intensidade dos vínculos afetivos.

O objetivo do presente estudo foi abordar a constelação familiar sistêmica de Bert Hellinger e a eficácia de sua aplicabilidade no Judiciário, com vistas a contribuir para a redução de demandas processuais litigiosas, especialmente nas varas de família, onde ocorre maior número de reincidência de ações propostas pelas mesmas partes, tendo em vista a alta complexidade dos processos que envolvem o rompimento de vínculo afetivo.

O propósito deste trabalho foi devidamente cumprido, por meio do método indutivo, com base em pesquisas bibliográficas, por meio das quais foi possível fazer uma análise mais aprofundada da importância de meios consensuais, especialmente nas varas de família, tendo em vista a necessidade de uma decisão consciente.

No primeiro capítulo fora feito um estudo acerca dos métodos adequados de resolução de conflitos com foco na conciliação, mediação e arbitragem, como forma de demonstrar a imprescindibilidade do uso destes meios, tendo em vista a alta taxa de demandas judiciais decorrentes da facilitação do acesso à justiça, bem como da expansão dos meios de comunicação.

Ademais, foram averiguadas as particularidades do Direito de família e suas problemáticas, a fim de demonstrar a existência de elementos ocultos, responsáveis pela manutenção da lide até suas derradeiras consequências. Entendendo, por fim, que não cabe ao magistrado valorar aquilo que está por trás do processo, mas aquilo que está posto, que pode ser analisado e devidamente fundamentado.

Por fim, no terceiro capítulo fora explorada a constelação familiar sistêmica, como método terapêutico trazendo à luz suas abordagens, suas finalidades, bem como a sua utilização na prática. Destarte, fora abordada sua aplicabilidade no Judiciário, como meio de auxiliar na resolução de conflitos, contribuindo para a celeridade processual, e evitando a reincidência de ações propostas pelas mesmas partes.

A discussão acerca da cientificidade ou não da técnica, não tem sido empecilho para a disseminação do método por todo o país, observando o altíssimo grau de eficiência, que pragmaticamente demonstrou ser elevado. Nem tão pouco a discussão acerca do profissional

adequado para sua aplicação, uma vez que, o facilitador sempre será alguém capacitado para tanto.

No tocante a resposta ao problema, verificou-se certa discrepância, uma vez que a constelação familiar sistêmica é um método puramente terapêutico, não tendo sido desenvolvido para atuar no Judiciário, mas sim como meio de solucionar conflitos pessoais dos pacientes, sejam eles no campo afetivo ou profissional.

Neste sentido, embora a legislação brasileira não indique com especificidade quais seriam os outros meios consensuais possíveis de serem utilizados, uma vez que não está exaurido os meios de resolução de conflitos em mediação e conciliação, evidencia-se que a constelação familiar sistêmica não se enquadra no conceito de método adequado de resolução de conflitos, por se tratar de uma terapia psicológica, a qual visa cuidar do ser humano que está por trás do litígio.

Quando se fala em método adequado, se fala em um método apropriado para determinada situação. Sendo assim, a constelação é apropriada para cuidar do ser humano em seu emocional, para ajudar a buscar respostas para problemas pessoais, inquietudes, traumas, entre tantas outras questões de ordem psicológica. Certamente, Bert Hellinger não imaginou a magnitude de seu modelo, mesmo sabendo que a constelação poderia dar a resposta para muitos dos problemas humanos.

Sami Storch, por meio de uma vivência pessoal, e da experiência como magistrado nas varas de família, entendeu que as partes precisavam mais do que uma sentença judicial, ou seja, elas precisavam ser tratadas, pois do contrário não demorariam muito a retornar ao judiciário para discutir questões já debatidas, ou ingressar com novas ações. Para tanto, passou a utilizar “frases sistêmicas” em audiências, de forma experimental, por meio das quais concluiu que a constelação não só poderia ajudar, como deveria ser aplicada ao Judiciário, tendo em vista a complexidade das ações que envolvem o Direito de Família.

Por fim, compreende-se que a constelação familiar sistêmica, ainda que não se enquadre como um método adequado a solucionar litígios, mas tão somente como um meio de auxiliar outros métodos consensuais como a conciliação e a mediação, apresenta resultados de extrema relevância ao Judiciário, os quais são provados por meio do aumento da taxa de conciliações após a aplicação do método. Sendo assim, a viabilidade do modelo de Bert Hellinger, é indiscutível e, certamente imprescindível para a solução de litígios familiares de alta complexidade.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Pedro Manoel. **Acesso à justiça e juizados especiais**: o desafio histórico da consolidação de uma justiça cidadã no Brasil. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004, 280 p.
- ALMEIDA, Luciana Pimentel Duarte Gomes de; LEVI, Lidia; LIMA, Maria Cristina de Brito. **Psicologia e Direito de Família**: o relato de uma experiência. 2013. Disponível em < <https://core.ac.uk/download/pdf/19082814.pdf> > Acesso em 10 de setembro de 2019.
- ALVIM, Jose Eduardo Carreira. **Teoria Geral do Processo**. 19ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2016, 372 p.
- ANDRADE, Andresa da Silva. **Defensoria Pública**: instituição democrática e republicana como meio de acesso à Justiça do Cidadão. Rio Grande do Sul: PUCRS, 2013. Disponível em < file:///C:/Users/Aline/Desktop/TCC/andressa_andrade.pdf > Acesso em 17 de Maio de 2018.
- ANDRADE, Paula. **Estímulo a métodos alternativos de solução de conflitos está na CF/88**. Conselho Nacional de Justiça, 2018. Disponível em < <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/87900-estimulo-a-metodos-alternativos-de-solucao-de-conflitos-esta-na-cf88> > Acesso em 23 de março de 2019.
- ARAÚJO, Arnildo Fabio de. **Alimentos (noção e execução)**. 1998. Disponível em < <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/432/r140-20.pdf?sequence=4> > Acesso em 16 de outubro de 2019
- AZEVEDO, André Gomma de; BUZZI, Marco Aurélio. Novos desafios para mediação e conciliação no novo CPC: art 334. **Revista Síntese Direito Civil e Processual Civil**. São Paulo: Síntese, v.18, n.108, jul/ago. 2017.
- BASSOI, Vera Lucia Muniz. **Comunicação e pensamento sistêmico**: um estudo sobre as “constelações familiares”. 2016. Disponível em <<http://comunicacaoecultura.uniso.br/producao-discente/2016/pdf/vera-bassoi.pdf>> Acesso 09 de novembro de 2019.
- BISSACO, Manuel Augusto. **Constelação em grupo x constelação individual**. 2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=GQg6GITdKfU>> Acesso em 10 de novembro de 2019.
- BRAGA, Ana Lucia Abreu. **Psicopedagogia e constelação familiar sistêmica**: um estudo de caso. Ribeirão Preto/SP: 2009. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v26n80/v26n80a12.pdf> > Acesso em 09 de novembro de 2019.
- BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasil, 2018. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm > Acesso em 18 de Maio de 2018.

____ Lei n. 8.906 de 04 de julho de 1994. **Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)**. BRASIL, 2019. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8906.htm > Acesso em 10 de dezembro de 2019.

____ Lei n. 10.406 de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. BRASIL, 2019. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm> Acesso em 21 de novembro de 2019.

____ Lei n. 13.105 de 16 de março de 2015. **Código de Processo Civil**. BRASIL, 2019. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm> Acesso em 21 de novembro de 2019.

____ Lei n. 12.318 de 26 de agosto de 2010. **Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. BRASIL, 2019. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112318.htm> Acesso em 21 de novembro de 2019.

____ Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências**. BRASIL, 2019. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em 21 de novembro de 2019.

____ Lei n. 9.099, de 26 de Setembro de 1995. **Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências**. Brasil, 2018. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9099.htm > Acesso em 18 de Maio de 2018.

____ Lei n. 9.037, de 23 de Setembro de 1996. **Dispõe sobre a arbitragem**. Brasil, 2018. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9307.htm > Acesso em 22 de Maio de 2018.

____ Lei n. 13.140, de 26 de Junho de 2015. **Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da Administração Pública**. Brasil, 2018. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113140.htm > Acesso em 23 de Maio de 2018.

____ Lei n. 13.105 de 16 de Março de 2015. **Código de Processo Civil**. Brasil, 2018. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm > Acesso em 28 de Maio de 2018.

BRITO, Barbara Heliodora de Avelar Eralta. Alienação parental: um abuso que não pode ser tolerado ela sociedade. **Revista Síntese Direito de Família**. São Paulo/SP, 2011, v. 12, n. 64, p. 114-121.

CAVALCANTE, Elizabeth Nantes; GARCIA, Rebeca. Mediação e composição amigável: mudança de paradigma na administração da justiça e atuação do advogado. **Revista síntese de Direito Civil e Processual Civil**. São Paulo/SP, 2017, v. 18, n. 108, p. 13-28.

CALDERÓN, Ricardo Lucas. **Princípio da Afetividade no Direito de Família**. Rio de Janeiro: Renovar, 2013. 438 p.

CAPPELLETTI, Mauro; BRYANT, Garth. **Acesso à justiça**. Trad.: Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1988, 168 p.

CARDOSO, Hélio Apoliano. Direito de família à luz da constelação familiar sistêmica. **Revista Síntese Direito de Família**. São Paulo/SP, 2016, v. 17, n. 97, p. 75-78.

CÉSPEDES, Adele Speck Rendón. **A constelação familiar aplicada ao direito brasileiro**. 2017. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/177310/A%20Constela%C3%A7%C3%A3o%20Familiar%20aplicada%20ao%20Direito%20Brasileiro%20a%20partir%20da%20Lei%20de%20Media%C3%A7%C3%A3o..pdf?sequence=3&isAllowed=y>> Acesso em 30 de outubro de 2019.

CHATELARD, Daniela Scheikman; REHBEIN, Mauro Pioli. **Transgeracionalidade psíquica: uma revisão de literatura**. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922013000300010> Acesso em 29 de outubro de 2019.

CHIQUETTI, Taciana; CRUZ, Carlos Henrique Souza da. O USO DAS CONSTELAÇÕES SISTÊMICAS FAMILIARES EM AUDIÊNCIAS CONCILIATÓRIAS NA VARA DE FAMÍLIA DO RN. In: THERENSE, Munique (Et. al). **Psicologia jurídica e direito de família**. Manaus: UEA Edições, 2017. 311 p. Disponível em <http://newpsi.bvs-psi.org.br/livros/psicologia_juridica_direito_familia.pdf> Acesso em 02 de outubro de 2019.

CINTRA, A. C. A.; GRINOVER, A. P.; DINAMARCO, C. R. **Teoria Geral do Processo**. São Paulo: Malheiros, 2015, 478 p.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução nº 125 de 29 de novembro de 2010**. 2019. Disponível em <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=156>> Acesso em 16 de novembro de 2019.

_____. **Constelação familiar: no firmamento da Justiça em 16 Estados e no Distrito Federal**. 2018. Disponível em <<https://www.cnj.jus.br/constelacao-familiar-no-firmamento-da-justica-em-16-estados-e-no-df/>> Acesso em 16 de novembro de 2019.

_____. **Constelação familiar é aplicada a 300 casos no Rio**. 2017. Disponível em <<https://www.cnj.jus.br/constelacao-familiar-e-aplicada-a-300-casos-no-rio/>> Acesso em 16 de novembro de 2019.

_____. **Constelação familiar: juízes federais e servidores concluem curso**. 2018. Disponível em <<https://www.cnj.jus.br/constelacao-familiar-servidores-e-juizes-da-justica-federal-tem-curso/>> Acesso em 16 de novembro de 2019.

COSTA, Ana Surany Martins. Quero te amar, mas não devo: a síndrome da alienação parental como elemento fomentador das famílias compostas por crianças órfãs de pais vivos. **Revista Síntese Direito de Família**. São Paulo/SP, 2010, v. 12, n. 62, p. 53-79.

COSTA, Isabela Alves Pereira Gaião da. Ação de guarda: das peculiaridades da ação de guarda e proteção dos filhos. **Revista Síntese Direito de Família**. São Paulo/SP, 2013, v. 15, n. 80, p. 106-117.

CURY, Cesar. **Reporagem completa fantástico constelação familiar sistêmica**. 2017. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=95mOeXPIwQQ&t=349s>> Acesso em 15 de novembro de 2019.

DEBIASE, Nahianne Frassom. **Alcances limites e perspectivas do acesso a Justiça em Criciúma**: um estudo sobre a efetividade das Casas da Cidadania. Criciúma/SC: UNESC, 2003, 55 p.

DUARTE, Alice. **O que acontece em uma constelação?** Disponível em <<http://www.carpesmadaleno.com.br/artigo.php?id=25>> Acesso em 10 de novembro de 2019.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. **Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade**. 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721998000200014&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em 15 de outubro de 2019.

GAJARDONI, Fernando da Fonseca. **Técnicas de aceleração do processo**. São Paulo: Lemos e Cruz, 2003, 240 p.

GARCIA, Felipe Barbosa. Mediação a autocomposição: considerações sobre a Lei nº 13.140/2015 e o Novo CPC. **Revista Síntese Direito Civil e Processual Civil**. São Paulo: Síntese, 2015, v.13, n.97, set/out, 2015.

GONÇALVES, Vania Maria Nascimento. **Da família moderna**. 2013. Disponível em <http://www.emerj.tjrj.jus.br/serieaperfeicoamentodemagistrados/paginas/series/13/volumeII/10anoscodigocivil_volII_242.pdf> Acesso em 14 de maio de 2019.

GROENINGA, Giselle Câmara. **Generalidades do direito de família e formas atuais de constituição**. In: BARBOSA, Águida Arruda; HIRONAKA, Gizelda Maria Fernandes; VIEIRA, Claudia Stein. **Direito de Família**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, 269 p. (Direito Civil: 7) ISBN 9788520332016 (v.7).

HELLINGER, Bert. **Ordens do Amor. Um guia para o trabalho com constelações familiares**. Trad. Newton de Araújo Queiroz. São Paulo: Cultrix, 2007. 424 p.

INSTITUTO IPÊ ROXO. **A prática da Constelação Sistêmica no Judiciário e Direito**. 2018. Disponível em <<https://iperoxoxo.com/2018/08/21/a-pratica-da-constelacao-sistemica-no-judiciario-e-direito/>> Acesso em 16 de novembro de 2019.

ISLIKER, Juliana. **Constelação familiar: como acessar o campo morfogenético**. 2019. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=oSrofDauC-w>> Acesso em 07 de novembro de 2019.

KAWASOE, Mariana. **Você conhece o psicodrama?** 2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=FKD5F7FbVck>> Acesso em 15 de novembro de 2019.

LEÃO, Ivan. Alienação parental é crime! **Revista Síntese Direito de Família**. São Paulo/SP, 2017, v. 17, n. 100, p. 42-43.

LIMA, Cláudio Vianna de. **Arbitragem a solução**. Rio de Janeiro: Forense, 1994, 207 p.

MADALENO, Rolf. **O preço do afeto**. In: PEREIRA, Tânia da Silva; PEREIRA, Rodrigo da Cunha. A ética da convivência familiar e sua efetividade no cotidiano dos tribunais. Rio de Janeiro: Forense, 2006, 591 p.

_____. **Obrigação, dever de assistência e alimentos transitórios**. 2003. Disponível em <<http://www.ibdfam.org.br/assets/upload/anais/150.pdf>> Acesso em 14 de outubro de 2019.

MAIA JÚNIOR, Mairan Gonçalves. **O regime da comunhão parcial de bens no casamento e na união estável**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, 279 p.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **A resolução dos conflitos e a função judicial no contemporâneo Estado de Direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, 752 p.

MARQUES, José Roberto. **Constelação familiar - 2ª lei do amor: o equilíbrio entre dar e receber**. 2016. Disponível em <<https://www.jrmcoaching.com.br/blog/constelacao-familiar-2-lei-do-amor-o-equilibrio-entre-dar-e-receber/>> Acesso em 31 de outubro de 2019.

MARTINS, Renan Buhnemann. Conciliação e Mediação na ótica do Novo CPC. **Revista Síntese Direito Civil e Processual Civil**. São Paulo: Síntese, v.18, n.108, jul/ago. 2017.

MORAIS, Jose Luis Bolzan de. **Mediação e Arbitragem**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora: 1999, 287 p.

MOURA, Andréia Guedes Martins Bastos de. Um olhar sociológico sobre a disputa de guarda. **Revista Síntese Direito de Família**. São Paulo/SP, 2015, v. 12, n. 63, p. 27-40.

MUNIZ, Tânia Lobo. **Arbitragem no Brasil e a Lei 9.307/96**. Curitiba: Juará Editora, 1999, 198 p.

NASCIMENTO, Dannúbia; PETRARCA, Carolina Louzada. Audiências de Conciliação e Mediação no Código de Processo Civil: Mudança de Paradigmas. **Revista Síntese Direito Civil e Processual Civil**. São Paulo: Síntese, v.18, n.108, jul/ago. 2017.

NYS, Cristiane Pan; PASSOS, Lisandra dos; SCHMIDT, Cândice C. **Justiça sistêmica: um novo olhar do judiciário sobre as dinâmicas familiares e solução de conflitos**. 2017. Disponível em <https://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/tribunal_de_justica/centro_de_estudos/horizontes/constelacoes_familiares_artigo.pdf> Acesso 13 de novembro de 2019.

OLIVEIRA, Wilma Costa Gonçalves. OLIVEIRA JUNIOR, Décio Fabio de. **Esclarecendo as constelações familiares**. Belo Horizonte/MG: IBHBC, 2016. Disponível em <<https://www.profdoni.pro.br/home/images/sampled/2015/livros/ibhbc.pdf>> Acesso em 10 de novembro de 2019.

ORSELLI, Helena de Azeredo. Reflexões acerca do direito fundamental do filho à convivência com o genitor que não detém a guarda*. **Revista Síntese Direito de Família**. São Paulo/SP, 2011, v. 12, n. 63, p. 7-26.

PELUSO, Antonio Cesar. O desamor como causa da separação e do divórcio. **Revista Síntese Direito de Família**. São Paulo/SP, 2017, v. 18, n. 104, p. 09-19.

PIMONT, Paulo. **O que é direito sistêmico?** 2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=8BNl2UA0AO0>> Acesso em 15 de novembro de 2019.

PINHEIRO, Suste Esteve. **O que é constelação familiar sistêmica?** 2017. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=mb62c1Rdqs>> Acesso em 09 de novembro de 2019.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Direito processual civil contemporâneo**. Volume 01. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015. 955 p.

_____. **Direito processual civil contemporâneo**. Volume 02. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016. 1008 p.

RABELO, Hugo Yan Charú. **Métodos de resolução de conflitos aplicados ao divórcio**. 2017. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/182395/M%C3%A9todos%20de%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20de%20Conflitos%20Aplicados%20ao%20Div%C3%B3rcio%20%28TCC%20-%20Hugo%29.pdf?sequence=1>> Acesso em 01 de outubro de 2019.

REIS, Wanderlei José dos. Guarda compartilhada e o princípio do melhor interesse do menor. **Revista Síntese. Direito de Família**, São Paulo/SP, 2019, v.19, n.112, p. 9-18.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito de Família**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011, 946 p.

ROSA, Conrado Paulino da. A Justiça que tarda, falha: a mediação como nova alternativa no tratamento dos conflitos familiares. **Revista Síntese de Direito de Família**. São Paulo: Síntese, v. 12, n. 61, p. 30-37, ago/set. 2010.

SANTOS, Luana Angélica dos. **Acesso à Justiça e a gratuidade da Justiça no Brasil**. Norte Novo de Apucarana: FACNOPAR, 2017. Disponível em <<file:///C:/Users/Aline/Desktop/TCC/arquivo-2017-06-14-14974735097995.pdf>> Acesso em 17 de Maio de 2018.

SCHABELL, Corinna. **Mediação de conflitos e a construção de uma justiça de paz**. Psicologia Brasil, São Paulo, v. 5, n. 39, p. 6-7, mar. 2007.

SÉRGIO, Caroline Ribas. **Aspectos relevantes sobre a guarda compartilhada: análise da Lei nº 13.058/2014 e a aplicação perante os tribunais**. Revista Síntese Direito de Família. São Paulo/SP: 2019, v. 19, n. 112. P. 19-31.

_____. O divórcio litigioso e a alienação parental. **Revista Síntese Direito de Família**. São Paulo/SP, 2019, v. 20, n. 115, p. 92-105.

SILVA, Nadine Anelli, AT al. **O poder familiar e suas implicações no direito civil brasileiro**. Londrina: 2015. Disponível em <<http://www.uel.br/nucleos/numape/pages/arquivos/O%20poder%20familiar%20e%20suas%20implica%C3%A7%C3%B5es%20no%20Direito%20Civil%20brasileiro.pdf>> Acesso em 09 de outubro de 2019.

SILVA, Vera Leticia de Oliveira. **Mediação e Conciliação**: reflexões à luz do novo Código de Processo Civil. Disponível em < file:///C:/Users/User/Downloads/1813-8188-1-PB%20(1).pdf > Acesso em 23 de março de 2019.

STORCH, Sami. **O que é direito sistêmico?** 2010. Disponível em < <https://direitosistemico.wordpress.com/2010/11/29/o-que-e-direito-sistemico/> > Acesso em 21 de novembro de 2019.

_____. **Por que aprender direito sistêmico?** 2017. Disponível em < <https://direitosistemico.wordpress.com/2017/04/10/por-que-aprender-direito-sistemico/> > Acesso em 11 de novembro de 2019.

_____. **Direito sistêmico: a resolução de conflitos por meio da abordagem sistêmica fenomenológica das constelações familiares.** 2017. Disponível em < <https://direitosistemico.wordpress.com/2017/09/22/artigo-descreve-modelo-original-de-pratica-de-constelacoes-na-justica-e-aplicabilidade-do-direito-sistemico/> > Acesso em 27/09/2019.

_____. **Reportagem completa fantástico constelação familiar sistêmica.** 2017. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=95mOeXPIwQQ&t=349s> > Acesso em 15 de novembro de 2019.

_____. **Direito sistêmico: primeiras experiências com constelações no judiciário.** 2016. Disponível em < <https://direitosistemico.wordpress.com/2016/08/23/publicado-artigo-sobre-as-primeiras-experiencias-com-constelacoes-no-judiciario/> > Acesso em 15 de novembro de 2019.

TARTUCE, Fernanda. Mediação no novo CPC: questionamentos reflexivos. **Revista Síntese Direito Civil e Processual Civil**. São Paulo: Síntese, v.18, n.108, jul/ago. 2017.

TAVARES, Maria Gorete. Alienação parental: a questão legal e o vínculo afetivo. **Revista Síntese Direito de Família**. São Paulo/SP, 2016, v. 17, n. 97, p. 79-83.

TORRES, Lorena Lucena. Diferença entre separação judicial e divórcio. **Revista Síntese Direito de Família**. São Paulo/SP: 2018, v. 19, n. 110, p. 227-228.

_____. **Estímulo à autocomposição no Novo Código de Processo Civil.** Jornal Carta Forense, 2016. Disponível em < <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/artigos/estimuloaautocomposicao-no-novo-codigo-de-processo-civil/17017> > Acesso em 23 de março de 2019.

VALL, Janaina. **Direito sistêmico: o modelo de constelação de Bert Hellinger e a teoria da complexidade de Edgar Morin - convergências e significâncias.** 2015. Disponível em < <https://periodicos.uni7.edu.br/index.php/iniciacao-cientifica/article/view/352/385> > Acesso em 30 de outubro de 2019.

VERDE, Celma Nunes Villa; VERDE, Flavia Nunes Villa. **As ordens da ajuda.** Disponível em < <http://www.constelacaofamiliar.com.br/as-ordens-da-ajuda/> > Acesso em 31 de outubro de 2019.

VIANA JÚNIOR, Dorgival. Audiência de Conciliação/Mediação Obrigatória no Novo CPC. **Revista Síntese Direito Civil e Processual Civil**. São Paulo: Síntese, v.18, n.108, jul/ago. 2017.